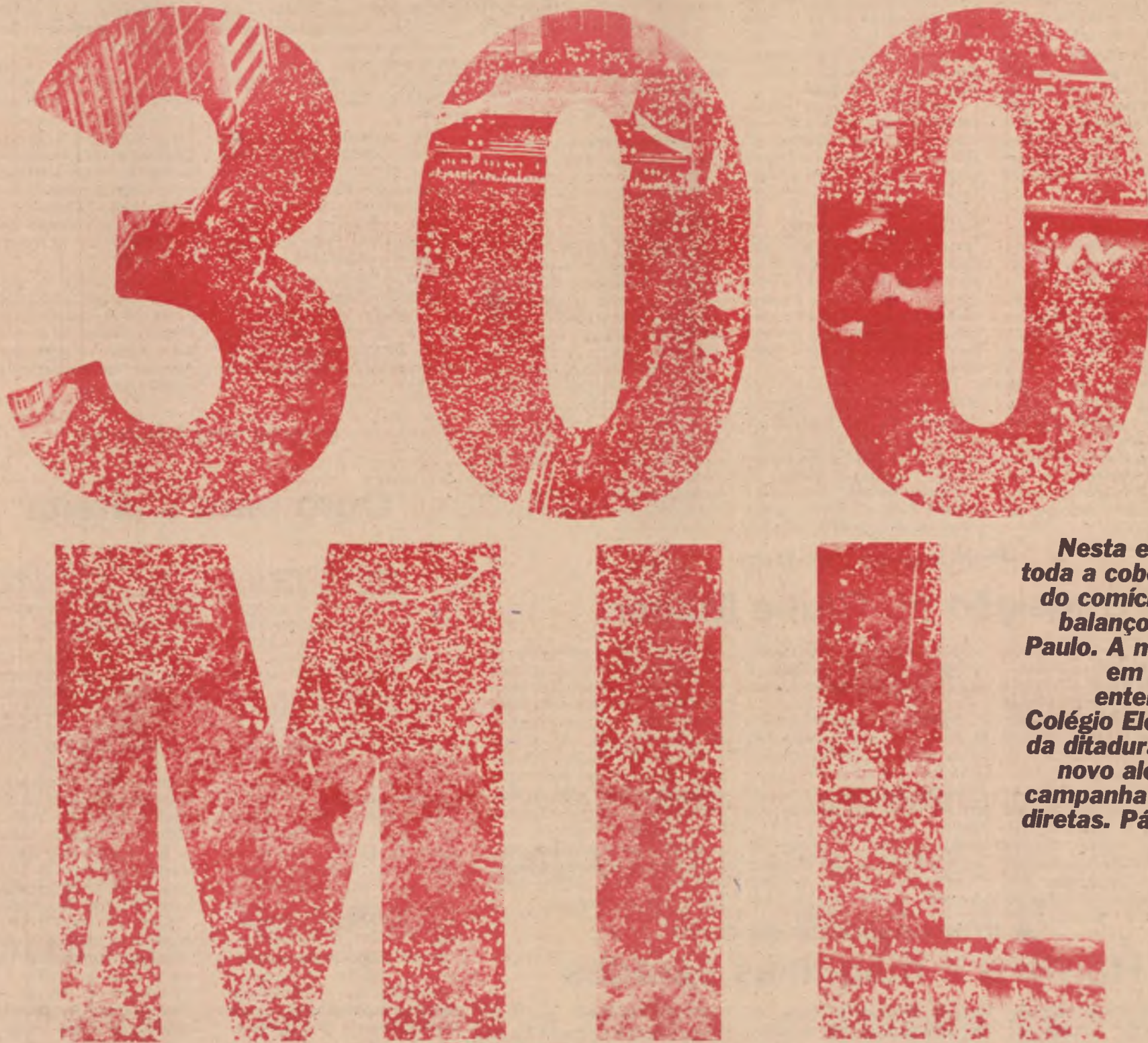


Santarém urgente:
Trabalhadores fazem recuar
intervenção no sindicato.
Pág. 7

ELEIÇÕES DIRETAS EM SÃO PAULO



Nesta edição, toda a cobertura do comício que balançou São Paulo. A massa, em festa, enterrou o Colégio Eleitoral da ditadura. Um novo alento à campanha pelas diretas. Págs. 3, 8 e 9.

A construção da CUT e a greve geral

O resultado do encontro entre a direção da CUT e da Conclat. As propostas da CUT para a grande plenária de dirigentes sindicais. E os próximos passos na construção da Central Única. Um calendário vital para os trabalhadores. Pág. 6.

Inédito

Quando a luta cega e deforma



Comandante Ana Maria

Os documentos que revelam a trama do assassinato de Ana Maria em El Salvador e de Bishop em Granada. Uma reflexão dolorosa mas necessária.

Págs. 14 e 15.



Maurice Bishop

Sucessão

Cresce a força de Maluf

É difícil hoje avaliar a força da candidatura Maluf. Há uma tendência natural a superestimá-la: o próprio Maluf procura criar em torno de sua figura a aura de vencedor. "o mais competente, o mais capaz e politicamente o mais hábil" como ele próprio se definiu; os que defendem a necessidade de alianças amplas na necessidade de alianças amplas no Colégio Eleitoral, tratam de destacar o "perigo Maluf". O fato evidente, no entanto, é que sua candidatura cresce e se fortalece entre as hostes do regime neste momento em que as tendências começam a se definir.

Maluf já havia sido aquinhoado pelo general Médici como o melhor candidato entre os pretendentes; Agora, consolida o seu apoio no grupo militar rival, embora não tenha obtido o apoio de Geisel: Humberto Barreto, ex-secretário de Imprensa de Geisel, Heitor Ferreira, ex-secretário pessoal de Geisel e Figueiredo, e, agora Golbery já formalizaram o seu apoio a Maluf. Com a visita recente a Figueiredo, comunicando-lhe formalmente a sua candidatura, procura, por outro lado, neutralizar a oposição do grupo palaciano.

Em viagem aos Estados Unidos, conseguiu uma audiência com o secretário de Estado norte-americano, George Shultz e com importantes banqueiros americanos mostrando a sua capacidade de se relacionar bem com os gringos. De quebra, assegurou o apoio de Roberto Campos, personagem de larga e tradicional vinculação com o grande capital estrangeiro.

Em São Paulo, em recente encontro, recebeu o apoio do empresário José Ermírio de Moraes (um dos socios do maior grupo privado do país, o Votorantim), de Theobaldo de Nigris (ex-presidente da FIESP), dos presidentes da Associação Comercial de São Paulo, da Sociedade Rural Brasileira e da Bolsa de Valores de São Paulo. Uma pesquisa da revista **Exame**, realizada entre os maiores empresários do país, deu a Maluf hoje apenas 8,7% das preferências.

Entre os convencionais do PDS, Maluf tem uma influência ainda incerta. No lançamento de sua candidatura, estavam presentes cerca de 13% dos delegados à convenção do PDS.

Figura símbolo do autoritarismo e da corrupção, Maluf sabe que não tem chance alguma



de ser um candidato capaz de negociar com as oposições burguesas. E joga tudo na unificação e galvanização da direita. Em um momento em que a crise econômica aumenta, ele se propõe a "governar o país como se fosse uma empresa" (ou uma imensa Freguesia do Ó?) e, confiante, prega o fim da recessão. Em um momento em que as instituições do regime se encontram totalmente desacreditadas, ele não titubeia em defender o colégio eleitoral e nem sequer promete realizar eleições diretas após o seu mandato, que será de seis anos. Quando o PDS está sabidamente dividido, ele prega a lealdade ao partido, a confiança na sua unidade após a convenção. E, para a classe média, promete paz social.

É esta determinação que faz crescer a candidatura Maluf, quando prevalece o impasse e as hesitações nas fileiras governamentais.

Política na caserna

Oposição no Clube Militar

A existência de uma chapa de oposição nas eleições da diretoria do Clube Militar após 20 anos de eleição por aclamação (chapa única) é um indicio importante de politização nos meios militares. O Clube Militar, instituição que existe desde 1887, teve um papel importante na campanha do monopólio estatal do petróleo e também nas conspirações contra Getúlio Vargas em 1954 e Jango Goulart em 1964. A campanha tem incontestavelmente uma ligação

com as prisões de vários oficiais durante o ano passado e repercute no processo sucessório.

Enquanto a chapa da situação é composta por militares da ativa, apoiada pelo ministro do Exército Válder Pires e encabeçada pelo general de divisão Tasso Vilar de Aquino, a chapa de "oposição" é exclusivamente de oficiais da reserva. Encabeçando a chapa de "oposição" está o general Antonio Carlos de Andrade

Serpa, do setor nacionalista de direita do Exército e, quando ainda na ativa, identificado como um "duro", um anti-comunista xucro. Entre seus companheiros de chapa estão, o coronel Antonio do Prado Ribeiro, preso por causa das declarações prestadas sobre o IPM do Rio-centro, e o coronel Tarcísio Célio Carvalho Nunes Ferreira, primeiro encarregado do mesmo IPM, depois convenientemente substituído pelo então coronel Job Lorena de Santana.

A irracionalidade da crise

Homens e máquinas parados

A principal revista burguesa do país, **Veja**, encheu de escuridão a capa da sua edição de fim de ano. O país entra no seu quarto ano consecutivo de recessão convivendo com a realidade de ter regredido quase uma década: a utilização da capacidade instalada da indústria em São Paulo, o centro econômico do país, é hoje inferior a 1975, de acordo com uma estimativa da Federação das Indústrias. E a política econômica do governo, abençoada pelo FMI, prevê novo mergulho no poço fundo e escuro da recessão.

Nenhuma realidade é tão denunciadora da irracionalidade da situação em que o Brasil se vê atolado hoje do que a convivência, lado a lado, do aumento da fome, do crescimento do número dos que querem trabalhar mas não

acham emprego e, ainda, da capacidade ociosa nas indústrias. A fome cresce, mas há cada vez mais também homens e máquinas paralisados pela estúpida racionalidade da crise capitalista.

Há uma concordância, da parte de várias entidades, que o consumo de alimentos básicos deve continuar caindo como fruto da queda do poder aquisitivo da população e da crise da agricultura. De 1982 para 1983 a área plantada de feijão diminuiu 30% (Fundação Getúlio Vargas); a produção de arroz será bastante insuficiente de acordo com o Instituto de Economia Agrícola; a produção interna de trigo alcançará apenas um terço das necessidades de consumo do país, segundo o Departamento de Comercialização de Trigo do Banco do Brasil; o consumo médio de

carne por habitante por ano, deverá decrescer para 14 kg, de acordo com o Ministério da Agricultura (em 1977 era de 20,5 kg por ano).

O desemprego, por sua vez, vem aumentando continuamente. De acordo com estatísticas da Federação das Indústrias de São Paulo, a indústria do estado queimou 135 mil empregos no ano passado; em Minas, um levantamento feito por 32 sindicatos indica que desde 1980, foram cortados 75 mil postos, na indústria metalúrgica.

Completando o quadro, o IPEA informa sobre o crescimento da capacidade ociosa nos vários ramos da indústria: minerais não metálicos, 33%; mecânico, 55%; material elétrico e comunicações, 36%; material de construção, 40%; bens de capital (que produz máquinas e equipamentos), 50%.

Brizola

Colheu o que não semeou

Voltaram a crescer no último período, as pressões da ditadura sobre o governo Brizola. O deputado estadual pedetista Alcides Fonseca, dissidente à direita do governo Brizola, teve acesso a uma audiência com Figueiredo, oportunidade em que teria apresentado ao general uma série de denúncias contra a administração Brizola. O deputado está sendo, inclusive, expulso do partido.

Mais recentemente, o portavoza do Planalto, Carlos Átila veio a público afirmar que o "governo do Rio de Janeiro é incompetente". E Saturnino Braga, senador do PDT, demonstrou o cerco financeiro do governo federal ao governo Brizola: enquanto em 1982, o governo de Chagas Freitas teve a possibilidade de tomar 270 milhões de cruzeiros emprestados, Brizola teve o limite de empréstimos estabelecido em 59 bilhões.

É, no entanto, difícil acreditar na versão de Brizola que explica os atritos com a ditadura pelo fato de defender as eleições diretas para presidente. Durante todo o ano passado, Brizola, negando a imagem de opositorista que construiu durante a campanha eleitoral, bajulou, de todas as formas possíveis, Figueiredo. Chegou a propor, em um misto de bajulação e conveniência, a prorrogação do mandato de Figueiredo por dois anos quando então seriam convocadas eleições diretas. E fez um acordo de boa convivência com o PDS local, procurando assegurar uma maioria para votação de seus projetos na Assembléia Legislativa.

Denunciando o governo federal de estar empenhado em desacreditá-lo publicamente, Brizola, porém, até o momento não jogou o peso de seu governo na campanha pelas eleições diretas.

Letras em Marcha

Ouro para a direita

Na edição de Outubro 83, o jornal mensal **Letras em Marcha**, que durante o governo Médici se notabilizou por defender a repressão, solicitou contribuição dos seus leitores para evitar a sua falência. A crise financeira surgiu porque duas empresas deixaram de anunciar: a Capemi em função do conjunto de crises e escândalos e o Banerj, por causa da campanha movida pelo jornal contra o governo Brizola.

Em seu último número, **Letras em Marcha**, órgão tradicionalmente ligado aos militares da ultra-direita, agradeceu numa reportagem de página inteira as contribuições financeiras de instituições militares e empresariais.

Muito interessante esclarecedor é a relação de pessoas e instituições que contribuíram direta ou indiretamente: Geisel, Médici, Sílvio Frota, Gen.

Diogo de Oliveira Figueiredo (irmão de quem, adivinhem?), Alm. Araripe Macedo, o ex-min. José Fragomeni.

Entre as empresas e instituições: Estado do Rio Grande do Sul, pelo governador Jair Soares; Câmara dos Deputados, pelo seu presidente Flávio Marcílio; Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP); Federação do Comércio Varejista do Rio de Janeiro; Agentes — Agência de Segurança e o Banco Sudameris do Brasil, um banco tido como brasileiro, mas que de fato tem mais de 50% sob controle do francês Banque Sudameris.

Além da contribuição sob forma de anúncio prestada pela Federação Nacional de Bancos nas pessoas de Pedro Conde (Presidente) e Theophilo de Azevedo (vice) com "modestos" anúncios de página inteira.

Leia

PERSPECTIVA
Internacional

Uma revista de análise da luta de classes internacional.

Nos próximos dias, procure o n.º 7, em todas as sucursais de EM TEMPO.

Fala a CUT

Reproduzimos aqui, na íntegra, o discurso do representante da CUT, Paulo Azevedo, no grande comício da praça da Sé.

Jesus Carlos



Em 1964, um golpe de estado articulado pelos militares fascistas, contando com o apoio dos grandes proprietários rurais, boa parte do empresariado nacional e representantes do capital estrangeiro e respaldado pelo imperialismo norte-americano, implantou no Brasil uma Ditadura Militar.

Em nome do combate à inflação, à corrupção e a uma pretensa "subversão do movimento sindical e popular, suprimiram-se todas as liberdades individuais, os partidos políticos foram extintos e foi negado ao povo a escolha, através das eleições diretas, dos cargos executivos.

Após estes 20 anos de regime militar, de autoritarismo, de falta de liberdade o que vemos? Uma inflação que alcança o índice nunca visto em nossa história: 210% de inflação, sendo que a maioria das categorias profissionais teve um reajuste salarial no último ano de 120%.

Uma política habitacional que favorece às camadas mais ricas da população sendo que o reajuste do BNH está a 130%. Como resultado vemos aumentar o número de favelas e o déficit habitacional é de 600.000 casas.

A política econômica deste país é regida pelo F.M.I. e as consequências todos nós sabemos: aumenta cada dia o número de falências da pequena e média empresa. Temos hoje mais de 10 milhões de trabalhadores desempregados o que quer dizer miséria e fome pois não existe no Brasil o salário desemprego.

Intervenção em sindicatos

A política salarial é regulamentada por Decretos-Leis onde os trabalhadores não são ouvidos e o legislativo não tem a independência necessária para contestar. O arrocho salarial prejudica a imensa maioria dos trabalhadores. (...)

Os baixos salários são a causa principal da mortalidade infantil e a expectativa de vida do trabalhador brasileiro é de 50 anos. No campo, aumenta cada dia a concentração da terra em mãos de um número cada vez menor de proprietários. Permanece a política da escravidão, do coronelismo e da violência.

Vários são os sindicalistas rurais assassinados nos últimos anos. Inúmeros foram os sindicatos que sofreram intervenções e tiveram seus dirigentes cassados. Estamos hoje, em 1984 com cinco sindicatos sob intervenção federal. São eles: os Petroleiros de Mataripe na Bahia e Petroleiros de Paulínia e Campinas, Metalúrgicos de SBC, Bancários de São Paulo e Metroviários de São Paulo, pela participação na gloriosa jornada de luta que foi a Greve Geral de 21 de julho de 83. Mais recente vemos a tentativa de intervenção no sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém no Pará, mas que contou com a resistência heroica dos trabalhadores. (...)

Forum viciado

É preciso dar um basta a esta situação. A luta pela conquista das Eleições Diretas, sem dúvida alguma, além de unir toda a força

oposicionista, é hoje aspiração da imensa maioria do povo brasileiro.

Nosso repúdio ao Colégio Eleitoral deve se concretizar na luta permanente até a conquista definitiva das eleições diretas e um compromisso público da não participação em qualquer processo de eleições indiretas.

Não podemos referendar um fórum viciado, espúrio, sob pena de não respeitar a imensa maioria do povo brasileiro.

É justa e legítima a luta pelas Eleições Diretas.

Porém, nós trabalhadores precisamos ter claro que nossos problemas não serão resolvidos somente com as Eleições Diretas.

Estamos firmes na luta pelas Eleições Diretas, mas precisamos manter nossa independência sob pena de vermos diluídas nossas aspirações de classe. A organização dos trabalhadores independente do estado, dos

partidos políticos, da igreja é fundamental para a nossa luta. É neste sentido que em agosto de 83 foi fundada a CUT.

Um programa para os trabalhadores

A cada dia que passa, torna-se mais insuportável as condições de vida dos trabalhadores: a carestia, o desemprego, os baixos salários, a insegurança no dia de amanhã. Neste sentido, é necessário aprofundarmos e amadurecer a discussão de uma Greve Geral.

É necessário também que os Partidos Políticos assumam com os trabalhadores, um compromisso de que as Eleições Diretas signifiquem a Liberdade e Autonomia Sindical, Direito de Greve, Reforma Agrária, Fim do Arrocho Salarial, Salário Desemprego, Estabilidade no Emprego, Salário Justo, Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, Rompimento dos Acordos com o FMI.

Enfim companheiros, a conquista das Eleições Diretas devem significar as necessárias transformações sociais para que as riquezas que nós produzimos sejam distribuídas para todos os brasileiros e que sejam sepultados para sempre a miséria, a fome, a exploração.

Basta de autoritarismo!

Pela conquista das Eleições Diretas!

Viva a Liberdade!

Viva a CUT!

Viva os Trabalhadores do Brasil!

Nota aos leitores

Em função da alta vertiginosa dos custos de elaboração gráfica e de impressão do jornal, somos obrigados a reajustar os preços deste jornal. Assim, o preço unitário do jornal é de Cr\$ 300,00 e o da assinatura anual é de Cr\$ 5.000,00.

Editorial

Uma política própria na campanha pelas diretas

1. Em política, costuma-se dizer, os espaços vazios tendem a ser preenchidos rapidamente. Não há crise burguesa que dure indefinidamente, que não comporte saídas se as forças do proletariado se apresentam vacilantes, tímidas, sem uma política clara. A pressão da crise social-desemprego, fome, desespero, violência, insegurança, descrédito — tem a sua própria dinâmica e tende sempre a ter resultados desastrosos, se não encontram respostas políticas por parte dos trabalhadores.

A ditadura vive uma forte crise e esta crise se expressa de forma completa no processo de sucessão presidencial. Os militares estão divididos, a burguesia está dividida, o partido do governo está dividido sobre quem apoiar, que encaminhamento dar à sucessão. Isso explica grande parte do zigue-zagues da ditadura no ano passado.

Mas a situação não fica estagnada. O tempo vai passando, a inevitabilidade do Colégio Eleitoral vai se colocando como fato consumado, começa a haver alguns sinais de unificação em torno a uma ou outra candidatura. A burguesia precisa da unidade de suas fileiras e a busca desesperadamente.

No ano passado, o grande momento da luta dos trabalhadores foi a greve geral do dia 21 de julho, que renovou forças e abriu novas perspectivas para

a luta contra a ditadura. Mas veio o golpe dos pelegos no Conclat, o boicote à greve do dia 25 de outubro e, de novo, um impasse. Impasse que o PT começou a criar condições de quebrar com o comício de fim de ano pelas diretas. Boicotado pelas oposições burguesas, o comício, no entanto, não teve a dimensão de massas que era esperado e necessário.

Agora, a campanha pelas diretas ganha um novo impulso, com os comícios em vários estados do país e, particularmente, após a formidável presença na Praça da Sé. Ela tende a expressar todo o anseio dos trabalhadores e do povo pelo fim da ditadura. Seu resultado terá um efeito decisivo sobre o futuro do movimento operário. É, sem dúvida, o fato em torno do qual deve girar toda a conjuntura política neste ano.

2. Pela primeira vez e, em uma luta de grande envergadura de massas, o PT se vê lado a lado, taticamente, com os partidos das oposições burguesas. E o grande desafio, além de manter a sua identidade própria, é lutar pela hegemonia, pela direção política desta campanha. Esta necessidade não decorre apenas da necessidade de expressar um ponto de vista de classe, de afirmar o PT. E antes, uma própria necessidade da campanha: a bandeira das eleições diretas estará segura em mãos muito poucos firmes se os liberais estiverem com a condu-

ção da campanha; eles não perderão uma oportunidade de negociar, de fazer um arranjo com a ditadura, logo que a oportunidade se apresentar.

Esta luta pela hegemonia se expressa, em primeiro lugar, no caráter da campanha. O PMDB vem concebendo a campanha apenas como um mecanismo de pressão sobre o Congresso, sobre os deputados do PDS para que aprovem uma emenda constitucional pelas diretas. Assim, o prazo máximo para a campanha seria 11 de abril, quando o Congresso Nacional votará a emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB), propondo o restabelecimento das diretas. Coincidentemente, o PMDB realiza uma convenção extraordinária para avaliar o que fazer. E todos sabem que a proposta de aceitar participar do Colégio Eleitoral tem grande peso neste partido, provavelmente a maioria de seus convencionais. É lógico que já prevendo esta possibilidade, a campanha pelas diretas perde muito de seu fôlego, de seu poder de pressão.

Abril, então, é o prazo que os trabalhadores têm para dar a esta campanha uma tal penetração de massa, não apenas de difusão mas também de organização, que torne o eventual retorno dos liberais ao Colégio Eleitoral um fato de estrondosa significação negativa. É o prazo

que temos para dar à campanha pés próprios para ir adiante, colocando a nu a farsa do colégio eleitoral.

Todas estas questões, têm como desdobramento a necessidade do PT identificar esta campanha pelas eleições diretas como a negação de tudo o que a ditadura significa, da sua política econômica, à restrição liberdades de organização no plano partidário e sindical. Daí a necessidade da palavra-de-ordem da Assembleia Constituinte e do governo dos trabalhadores, esta última concebida como uma bandeira central de propaganda, a remarcar os objetivos estratégicos do PT.

3. A massificação da campanha pelas eleições diretas exige a participação, o envolvimento das entidades do movimento operário-popular. E, particularmente, do movimento sindical que é, sem dúvida, a espinha dorsal do movimento de massas. O movimento operário já demonstrou várias vezes, nos últimos anos, que é o setor mais mobilizado da sociedade, o que tem, além disso, à sua mão, mecanismos de pressão e mudança os mais radicais.

É assim, que o calendário da preparação da greve geral e da própria construção da CUT se cruzam com a campanha pelas diretas, radicalizando-a, fazendo emergir com força os interesses e a perspectiva dos trabalhadores na luta contra a ditadura.

O PT e a Questão do



A discussão do "Projeto Político do PT", elaborado pelo Diretório Nacional como texto preparatório para a pré-convenção nacional do partido, está começando a agitar a vida interna do PT. O texto encontrou em geral uma acolhida favorável, mas em São Paulo, numa primeira discussão a nível do Diretório Regional, o conjunto dos integrantes da "Articulação dos 113" se colocou frontalmente contra o documento e suas propostas centrais.

No entender dos principais líderes dos "113" a proposta do Diretório Nacional é "superficial, moralista e anti-marxista na análise da conjuntura; traça um quadro catastrofista da crise do regime e, de uma maneira triunfalista, coloca a disputa pelo poder como uma possibilidade imediata para o partido; o que, explicam, é uma visão vanguardista da luta política que termina por levar o partido a alianças diluidoras no afã ilusório da conquista do poder para os trabalhadores a curto prazo."

Por isso, concluem os "113", o texto não serve como ponto de partida ou base para a discussão, sendo necessária a elaboração de um novo documento que coloque as bases corretas para o debate nacional. Ou seja, a partir daí os "113" se propõem a lançar uma nova proposta para a pré-convenção nacional.

Esta divergência não é uma surpresa total; talvez sim, o tom radical e agressivo de certas intervenções mais picantes no interior dos "113". Pois o que marcou a proposta da "Articulação dos 113" foi exatamente o fato de não colocar na ordem do dia a questão do poder, do enfrentamento com a ditadura militar, preferindo a visão das lutas específicas e da construção passo a passo de um novo

O poder a médio prazo só é possível em aliança com a burguesia.



poder. E é exatamente aí que o texto do Diretório Nacional ataca, propondo que o PT supere esta visão limitada às lutas de resistência.

José Dirceu, Secretário Geral do PT paulista e uma das lideranças da "Articulação dos 113", explica e desenvolve esta

As fragilidades do partido e do movimento de massas são gritantes.



divergência: "no nosso entender o texto do Diretório Nacional é além de tudo deseducativo para as bases do partido na medida em que não dá uma visão real do que é do PT hoje a nível nacional (porque não mostrar para a base a real situação orgânica do partido em cada estado?), lança propostas inatingíveis, não traça claramente as tarefas para 84, não apresenta um plano de construção partidária, enfim, trata-se de uma proposta que não arma a militância para a ação concreta."

Para Dirceu, nem a crise do regime atingiu o nível que coloca o documento do Diretório Nacional, nem a força dos liberais está tão debilitada, nem muito menos as possibilidades para o PT e demais forças populares estão colocadas à altura da disputa em torno de um projeto de poder. Ele é taxativo: "a questão do poder não está na ordem do dia para nós. Por isso é pura retórica ficar elaborando programas, frentes, propostas de governo, determinando forças sociais para alianças etc. Nada disso é claro e concreto. Nós somos a favor que o PT coloque sua visão do poder, mas apenas como propaganda (e aí temos que ser claros) de um governo revolucionário, de um programa socialista etc, que surgiram da derrubada da ditadura militar. Mas para isso não há possibilidades a curto ou médio prazo. Portanto, trata-se aí de propaganda e não de ação política concreta."

Como dedução desta posição, Dirceu arremata: "fora desta colocação, da propaganda de um poder revolucionário, não há o que se falar em proposta de poder, pois sejamos realistas, na conjuntura atual o PT somente pode vir a chegar ao poder se for em aliança com a burguesia. Uma espécie de Governo de Reconstrução Nacional junto com o PMDB e PDT — coisa que cabe discutir dentro do PT pois a conjuntura pode vir a colocar isso de modo concreto a curto prazo. Eu, hoje, particularmente, entendo

"113" rejeitam proposta do Diretório Nacional

Para os principais dirigentes da "Articulação dos 113" de São Paulo a questão do poder não está na ordem do dia para os trabalhadores e, por decorrência, o PT não deveria se lançar à elaboração de um projeto político global alternativo frente à crise.

que o partido não deveria entrar numa proposta deste tipo, pois seríamos engolidos inevitavelmente. Portanto, na minha visão a questão do poder hoje é para ser tratada apenas a nível da propaganda."

O Secretário Geral do PT paulista insiste na situação interna do PT. Para ele, o Diretório Nacional escamoteia a verdadeira realidade do partido: "porque não dar para as bases o quadro real do que somos hoje a nível nacional? A debilidade orgânica do partido é gritante; falta no documento um plano de construção partidária; a situação do movimento de massas em geral é de fraqueza etc. Ora, numa situação desta ficar falando de poder, de programas de governo de forças sociais para a tomada do poder etc, é uma verdadeira insanidade, uma elocubração teórica sem nenhuma consequência o que, aliás, durante muito tempo fez parte dos erros da esquerda brasileira."

Dirceu não aceita a crítica que indiretamente lhe é feita pelo documento do Diretório Nacional ao atacar as visões que limitam o PT às meras lutas de resistência, deixando de lado a questão do poder. Para ele o partido precisa de uma plataforma e um plano de ação para 84/85: "precisamos de um plano que conjugue por exemplo a luta por eleições diretas com outras lutas sociais e econômicas, que se articule com o movimento sindical, em particular com a CUT, que abarque a questão da greve geral que, enfim, lançando a mobilização de massas nas ruas contribua para a mudança na correlação de forças a nosso favor e neste mesmo processo avance na construção do PT a nível nacional. Não temos nenhuma aversão basista à questão do poder, nem descuidamos do institucional, da política maior. Por exemplo, temos que nos preocupar e disputar governos municipais e estaduais onde houver esta possibilidade; isto nos dá experiência, acumulação de forças, o que a médio e longo prazo, noutra correlação de forças será importante como elemento de capacitação do partido para a disputa efetiva do poder central."

Como formulação mais acabada de sua visão Dirceu anuncia para a próxima semana o lançamento de um texto elaborado por algumas pessoas do PT paulista. Não será uma proposta da "Articulação dos 113", mas de alguns companheiros da Executiva, do Diretório e de base "não necessariamente com o mesmo recorte que os '113', pois achamos que a nível nacional o processo de debate não é o mesmo, a realidade não é a mesma de São Paulo." Dirceu já antecipa também (e insiste) que o texto paulista não é alternativo ao do Diretório Nacional, pois, no seu entender, o documento nacional é apenas um roteiro de pontos para a discussão, uma abertura do debate, não se tratando de uma tese para ir a votação na pré-convenção nacional: "não estamos propondo um documento alternativo, contra o Diretório Nacional; estamos é colocando, no leque aberto de discussão, nossa posição sobre a conjuntura e as tarefas do partido".

Esta insistência na descaracterização de um confronto com a direção nacional é vital para os "113". Porém não é fácil. O documento do Diretório Nacional, explicitamente, não se pretende um mero roteiro de pontos para a discussão. É claro que é um documento em aberto e que portanto pode ser modificado ou mesmo substituído pela pré-convenção; mas é uma proposta elaborada pelo Diretório e Executiva nacionais ao longo de vários meses de reuniões e debates sucessivos. Por isso trata-se aqui de um visível embaraço ou confusão na vida interna do partido, para dizer o mínimo, os "113" que se lançaram em São Paulo com o aval de Lula e outros dirigentes nacionais do partido se colocam agora claramente contrários a uma proposta da mesma direção nacional.

O rumo de solução desta contradição, no entanto, já pode ser pressentido nas declarações de Francisco Weffort, Secretário Geral do partido a nível nacional, quando ele, numa relativização do significado do documento nacional, recoloca novos termos e parâmetros para o debate da pré-convenção (ver pag. 5).

Precisamos é de um plano para a ação de massas e a construção partidária.



Noutro nível, o pano de fundo de todo este debate, para além das diferenças de avaliação da conjuntura não é de forma alguma novidade nacional nem muito menos internacional. Mas nem por isso (é justamente o contrário) trata-se de uma questão de menor importância. No fundo da questão o que está em debate é a clássica discussão sobre estratégia e tática na luta dos trabalhadores. Em resumo, na visão dos "113" o partido deve se ater às tarefas táticas imediatas, as questões estratégicas do poder ficando relegadas à mera propaganda. Já no documento do Diretório Nacional busca-se a superação desta dicotomia, ligando-se e norteando desde já a realização das tarefas táticas com a questão maior da conquista do poder político para os trabalhadores.

E este debate entrar na ordem do dia no partido é um inequívoco sinal, independente do resultado, do grau de amadurecimento político do PT depois de cinco anos de seu surgimento.



Weffort: "Projeto" é apenas um roteiro para o debate

Francisco Weffort, Secretário Geral da direção nacional, reavalia o documento lançado no ano passado pelo Diretório Nacional para a pré-convenção do partido.

Apenas um roteiro

Ele começa afirmando que o "Projeto Político" mantém sua atualidade "como roteiro para o debate partidário: oferece uma imagem da crise, mostra os diferentes projetos dos grupos dominantes etc. Enfim, oferece os temas para o debate. Mas em vários pontos o documento reflete o clima dos movimentos de julho do ano passado, particularmente a nível sindical e do movimento de massas, que era um clima de tomada de consciência do caráter geral da crise. Neste particular, vários pontos teriam que ser hoje reajustados. Por exemplo, hoje é mais fácil imaginar uma proposta política do partido como itens de luta que completem a luta mais geral de resistência do que imaginar uma proposta de poder do PT".

Para esclarecer esta questão EM TEMPO ouviu Francisco Weffort, Secretário Geral da direção nacional e um dos principais responsáveis pela elaboração do referido documento.

Weffort começa relativizando claramente o significado do documento, se tomamos como referências suas declarações anteriores ao próprio EM TEMPO sobre o caráter destas propostas do Diretório Nacional. Mais do que isso, mostra-se também, pessoalmente, menos entusiasta com as possibilidades do partido (e dos trabalhadores em geral) nesta conjuntura de crise do regime.

E radicalizando esta correção, Weffort aproxima-se bastante do centro da questão que os "113" colocam: "naquele quadro de então sobressaía a urgência de o PT oferecer à sociedade um Projeto alternativo de governo, o que pode ter levado a uma certa distância entre a fórmula de uma proposta de governo um tanto avançada, para a qual, vista desde hoje, talvez não

tenhamos ainda acumulado bastante cacife para buscar."

Mas Weffort insiste que é a reunião do Diretório Nacional marcada para 19 de fevereiro quem deverá voltar ao tema para apreciar os preparativos de pré-convenção. No entanto, ele acredita que a direção nacional enquanto tal não lançará ante-projetos ou resoluções para a pré-convenção: "isto não está previsto para a reunião, embora ninguém possa afirmar taxativamente que não vá ocorrer."

Novas propostas

Reconhecendo implicitamente a dificuldade da direção nacional atual bancar uma proposta para o conjunto do partido, Weffort sugere o que lhe parece o melhor método para a preparação de pré-convenção: "em primeiro lugar todos os organismos do partido deveriam debater o "Projeto Político", como forma de colocar um novo marco de discussões, diferente correntes de opinião dentro do PT apresentarem suas visões sobre a conjuntura e as tarefas; em segundo lugar, vejo também a necessidade de companheiros fundadores do partido e outros dirigentes nacionais se proporem a apresentar uma propos-

ta própria que seja um ponto de partida para a discussão da renovação da direção. De certa maneira o Lula particularmente, bem como outros companheiros da direção,

tem uma responsabilidade política importante de jogar para o partido uma proposta que possa ser um marco para as discussões."

Enfim, segundo a opinião de Weffort, o que será a proposta da direção real do partido para esta pré-convenção é algo que ainda está por vir a público. O que ele espera acontecer nos próximos dias.

Boletim da Executiva Nacional Entre na roda, de graça!

Lançado no ano passado e já no seu n.º 3, o Boletim passa agora a ter periodicidade quinzenal e pode ser recebido pelo correio (gratuitamente) por todo petista. É só preencher e enviar o cupom ao lado, para a Secretaria Geral Nacional, Rua Desembargador Guimarães, 72 — CEP 05002 — São Paulo, SP, e a partir daí, a cada quinzena, você ficará informado sobre tudo que se passa no partido a nível nacional.

INDICO as seguintes pessoas abaixo relacionadas para que passem a receber o BOLETIM NACIONAL do Partido dos Trabalhadores:

Nome:

Endereço:

Nome:

Endereço:

Se o espaço for insuficiente, complete a lista numa folha anexa.

Quem indica: (nome e endereço):

Uberaba — MG

PT processado por revelar corrupção nos transportes

Em julho do ano passado, a partir de informações obtidas por militantes do PT sobre lutas de transporte coletivo em Diadema e Rio Claro, o PT de Uberaba propôs formalmente na cidade a criação de uma Comissão de Usuários. Integrada por representantes de todas as entidades representativas da cidade que quisessem participar, além de usuários em geral, e contando até mesmo com apoio e participação de alguns vereadores, a Comissão de Usuários iniciou prontamente o levantamento de todos os dados necessários para o cálculo do preço real da tarifa dos ônibus urbanos.

Durante mais de dois meses foi feito então um longo e exaustivo trabalho de controle das catracas dos coletivos, medição de linhas, pesquisa no mercado sobre preço de veículos, combustível, folha de pagamento da empresa, etc. Com estes dados e seguindo a metodologia oficial existente de cálculo destas tarifas, normatizada pela EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos) a Comissão de Usuários chegou ao preço de Cr\$ 60,00 para a tarifa que à época (setembro), estava a Cr\$ 70,00 e quando já havia uma solicitação de aumento à Câmara para Cr\$ 105,00.

Em meio a tudo isso, vários boletins informativos foram distribuídos à população, explicando o trabalho desenvolvido pela Comissão de Usuários e seus objetivos.

Após calculado o preço real, um ato público convocado pela Comissão Usuários foi realizado na praça principal de Uberaba para expressar o grande apoio popular galvanizado pela iniciativa.

No mesmo dia e logo após o ato, a Comissão de Usuários, apesar de ter

Após galvanizar a atenção da população da cidade em uma campanha de massas, oito petistas são agora processados por denunciar a corrupção dos vereadores do PMDB.

Por Lauro Guimarães

protocolado com antecedência o estudo, e o assunto incluído na pauta da reunião daquela noite, foi impedida, por manobras de apresentar e explicar aos vereadores o estudo feito.

Cresce a mobilização

Em reunião tumultuada, na qual centenas de pessoas compareceram para apoiar a Comissão de Usuários um vereador terminou por agredir fisicamente um membro da Comissão, além de chamar a todos os presentes de "cachorros".

Finalmente no dia 30 de setembro, com policiais-militares guardando a entrada da Câmara Municipal quinientas pessoas acompanhando pelos alto-falantes a reunião, os vereadores, por 11 votos a 6, decidiram manter a tarifa abusiva vigente, contrariando um estudo pioneiro na cidade, tecnicamente inquestionável e cujo valor eles próprios reconheceram.

A Comissão de Usuários então, decidiu em assembleia, denunciar claramente a toda população de Uberaba a traição aos interesses populares cometida por aqueles vereadores. Um cartaz com foto, nome e partido dos onze vereadores que votaram contra o rebaixamento foi confeccionado e afixado nos principais pontos da cidade. Como título, em letras grandes, "Traidores do Povo". Esta crítica política à atitude daqueles vereadores, resgatando o real significado do voto que



eles haviam dado, foi tomada pelos mesmos como calúnia e difamação, abrindo processo criminal nestes termos contra 8 membros da Comissão de Usuários.

Petistas processados

Reafirmando o ódio contra os militantes do Partido dos Trabalhadores, devido ao maior empenho e garra habitualmente demonstrando por eles, os 10 vereadores, todos do PMDB, escolheram 8 membros do PT para processar, 3 da Executiva e os 5 demais do Diretório Municipal. Estão indiciados: André Castilho, Lauro Guimarães, Jorge Bichetti, Bete Zuza, Éder Borges, Nalu Faria, Arlindo Costa e Sérgio Salvador. Como a Comissão de Usuários é ampla e unitária, caracterizaram desta forma, claramente, perseguição político-partidária.

vereadores, eles próprios sob forte suspeição, ouviu 40 pessoas entre vereadores, ex-vereadores, renôntes, etc. Os depoimentos foram tomados sem o acesso da imprensa, sob sigilo total.

As evidências de suborno porém eram tão gritantes, que o relatório de conclusão da Sindicância teve que se referir a elas, fazendo-o no entanto nos termos propositalmente imprecisos de "tentativa de suborno e possível consumação", reconhecendo a centralização das responsabilidades sobre determinados vereadores, mas não revelando que nomes são esses, e terminando por recomendar o envio do mesmo ao Judiciário.

O Presidente da Câmara, vereador do PMDB Álvaro Diniz de Deus, ao receber os autos da Sindicância em plena sessão, lacrados, como fez questão de frisar, e ciente no entanto de seu conteúdo altamente comprometedor para o partido majoritário em Uberaba (PMDB), resolveu ignorar a recomendação de envio ao Judiciário.

Apesar dos nomes de alguns dos responsáveis terem sido divulgados a público, por decisão da maioria dos vereadores a Sindicância acabou por ser arquivada a 2 de Janeiro deste, numa escandalosa atitude de acobertamento de grossa corrupção.

Os advogados paulistas Pedro e Dalmo Dallari, além de Luís Eduardo Greenhalgh, já a par do caso, deverão atuar na defesa dos membros do PT acusados. Uma ação Popular também está em estudo pelo PT para tentar punir os responsáveis no escândalo do suborno.

Acobertamento de corrupção

A partir das denúncias, uma Comissão de Sindicância foi criada internamente na Câmara para apurar os fatos. Esta Comissão de Sindicância, apesar de composta de

Unificar o Movimento sindical e construir a CUT

A última reunião da direção nacional da CUT, realizada em Goiânia no mês de novembro, definiu um calendário de mobilizações em torno ao plano de lutas aprovado pelo Conclat de S. Bernardo — as jornadas de lutas e a greve geral; determinou os prazos para a realização dos Congressos Regionais e Estaduais de constituição das instâncias da entidade e indicou uma data para o II Conclat nos dias 24, 25 e 26 de agosto, em S. Paulo. Além disso a direção da CUT decidiu procurar os setores articulados no Conclat da Praia Grande propondo-lhes a unificação das lutas a serem levadas regional e nacionalmente.

Com um pouco de atraso em relação às datas previstas os Congressos Regionais e Estaduais estão sendo marcados (ver box 1) e um documento assinado conjuntamente pelas direções da CUT e da Conclat, propondo uma plenária de dirigentes sindicais é o primeiro resultado da iniciativa da CUT (box 2).

Estava marcada uma segunda reunião para o dia 21 de janeiro entre as duas direções, com o objetivo de precisar os termos da plenária de sindicalistas mas nenhum dirigente vinculado à CONCLAT compareceu ao encontro. Um fato sem dúvida estranho, já que dois dias antes a direção da CONCLAT reuniu-se em Brasília elaborando uma proposta de lutas conjuntas a ser apresentado à CUT.

A proposta de executiva da CUT para essa reunião é uma síntese das deliberações da última reunião da Direção Nacional, incluindo a greve geral em abril (ver box 3).

Unidade na Luta

O documento conjunto das executivas da CUT e CONCLAT aponta, corretamente, que a reunificação do movimento passa, necessariamente, pela unidade na ação, ou seja, a organização e coordenação de lutas conjuntas.

Documento conjunto da CUT e Conclat

Por iniciativa conjunta e cumprindo deliberação dos Congressos de Trabalhadores realizados durante o ano de 1983, as delegações da CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora) e da CUT (Central Única dos Trabalhadores), reunidas nesta data, em São Paulo.

Considerando: a gravidade da atual crise provocada pela política de recessão anti-popular e anti-nacional do regime implantado no país em 1964.

Considerando: a necessidade de reunificação do movimento sindical brasileiro, na base de lutas concretas em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Decidem: Conclamar as intersindicais estaduais a manterem-se unitárias às direções das duas articulações intersindicais a proposta surgida neste primeiro encontro de realização de uma Plenária Nacional de Entidades, tendo como referência o dia 17 de fevereiro, para elaboração de um CRONOGRAMA COMUM DE LUTAS envolvendo as mais variadas formas de manifestações, desde debates, passeatas, comícios, plebiscitos, atos públicos, até a perspectiva de deflagração de uma Greve Geral.

Repudiar a legislação sindical anunciada pelo Ministério do Trabalho, que aponta para o sindicalismo por empresa, não restaurando em sua plenitude a liberdade e autonomia sindical e o direito de greve.

Repudiar a continuação das intervenções nos Sindicatos, exigindo a devolução das entidades aos seus verdadeiros dirigentes e anistia a todos os dirigentes sindicais cassados.

Expressar sua mais irrestrita solidariedade aos povos da América Central e do Caribe, ameaçados em

sua soberania e auto-determinação.

As delegações da CUT e da CONCLAT CONCLAMAM, finalmente, o conjunto da classe trabalhadora a participar em massa de todas as atividades do movimento sindical, que terão como centro as seguintes bandeiras:

- fim do desemprego e estabilidade no emprego;
- fim do arrocho salarial e da alta do custo de vida,
- contra a política econômica do governo;
- pelo rompimento do acordo com o FMI,
- pela reforma agrária ampla, massiva e imediata;
- por um salário mínimo real e unificado;
- pela manutenção das conquistas e aperfeiçoamento do sistema previdenciário;
- pela revogação da Lei de Segurança Nacional e de todos os atos de exceção;
- por ampla liberdade de organização e de expressão;
- liberdade e autonomia sindical, com o fim das intervenções e devolução dos sindicatos às diretorias eleitas;
- pelo livre exercício do direito de greve;
- por eleições livres e diretas em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República.

Pela Conclat:
José Francisco da Silva
Joaquim dos Santos Andrade
Ivan Pinheiro
Mario Monti
Waldir Abrantes
José Gomes Figueiredo

Pela CUT
Jair Meneguelli
Paulo Renato Paim
Jacó Bitar
Abdias José dos Santos
José Gomes Novaes
Gilmar Carneiro dos Santos

A CUT vem propondo aos demais setores do movimento sindical uma política de unificação das lutas e a manutenção de instâncias inter-sindicais unitárias. Isso não implica deter ou atrasar o processo de construção dos organismos regionais e estaduais da Central.

Por Lucy Ayala

A grande maioria dos sindicatos no país é ausente do movimento e a CUT ainda não tem condições de, sozinha, mobilizar a grande massa de trabalhadores, a menos que arraste atrás de si uma parcela da classe que se encontra sob influência ou controle político dos setores articulados nos Conclat. Devemos ter claro, no entanto, que os setores que

racharam o movimento sindical logo após greves e mobilizações de julho, que impediram o avanço organizativo da classe por não poder controlá-lo, só aceitarão a unificação das lutas sobre pressão. Além das plenárias de dirigentes, dos acordos entre as direções, que sem dúvida são necessários, a CUT deve promover uma ampla agitação nas bases

A CUT em construção

Vários Congressos Regionais já estão marcados e, até o final de janeiro e primeira semana de fevereiro, serão realizadas reuniões das Pró-CUTs estaduais que marcarão os demais Congressos Regionais e Estaduais. (Os dados foram fornecidos pela direção Nacional da CUT).

Acre: Congresso Regional dia 26 de fevereiro.

Ceará: Congresso Regional em Cratêus dia 28 e 29 de janeiro; no Sertão Central (Quixeramobim e Quixadá) dias 17 e 18 de fevereiro; na região da Fortaleza 24 e 25 de fevereiro e o CECLAT dias 31 de março e 1º de abril.

Distrito Federal: CECLAT dia 24 e 25 de março.

Espírito Santo: Congresso da Regional Norte I (Colatina) dias 2, 3, 4, e 5 de março.

Regional da Grande Vitória 31 de março e 1º de abril.

Goiás: CECLAT dia 23, 24 e 25 de março.

Maranhão: dias 20 e 21 de novembro fundada a CUT Regional de Caxias e 18 e 19 de fevereiro Congresso Regional de Sta. Quitéria e Viana.

Minas Gerais: novembro de 83 fundada a CUT Regional do Nordeste mineiro e 16 e 17 de fevereiro Congresso da Região do Vale do Aço.

Rio de Janeiro: Congresso Regional em Volta Redonda dias 25 e 26 de fevereiro.



Plenária Nacional de Dirigentes Sindicais

Está prevista para fevereiro uma plenária nacional de dirigentes sindicais, convocada conjuntamente pela CUT e Conclat, com objetivo de elaborar um plano comum de lutas e mobilizações. Esta é a proposta da CUT para a plenária.

1 - Tarefa da plenária: tirar um calendário comum de lutas.

a) Dia Nacional de Luta - Eixo Básico.

1. A política econômica do Governo (decretos, dívidas externas, FMI, etc).
2. Autonomia e Liberdades Sindicais (cassações e intervenções).
3. Salário-desemprego.
4. Estabilidade no emprego.
5. Reforma Agrária.

6. Eleições diretas para Presidência. Data: até 31 de março/84.

b) Greve Geral - Eixo Básico:
1. A política econômica do Governo (decretos, dívidas externas), FMI, etc).

2. Autonomia e Liberdades Sindicais (cassações e intervenções).
3. Salário-desemprego.
4. Estabilidade no emprego.
5. Reforma Agrária e também
6. Eleições diretas para presidente. Data: abril/84.

c) Plano de Lutas para 84.
2 - Critérios de participação:
a) Todos os membros da direção da CUT.

b) Todos os membros da direção do CONCLAT.

c) Até 2 representantes de entidades sindicais e profissionais.

3 - Caráter da Plenária
a) A Plenária Nacional terá um caráter consultivo não podendo se sobrepor às deliberações do I CONCLAT de agosto/83 e CONCLAT de novembro e das respectivas direções da CUT e da CONCLAT.

b) A Plenária Nacional deverá chegar ao consenso nas decisões a serem tomadas.

4 - Quem Convoca
a) A CUT
b) A CONCLAT
5 - Data: 21 de fevereiro/84.
6 Local: São Paulo - Sindicato dos Químicos de São Paulo.

7 - Quem vai da CUT: Abdias, Ari, Julieta, Siqueira, Dauri, Pereira.

desses setores, forçando-os a avançar. Essa é a lição que extraímos das greves e mobilizações de julho.

Acelerar a construção da CUT

O documento conjunto conclama as intersindicais estaduais a permanecerem unitárias, impedindo o aprofundamento da divisão no interior do movimento. É uma perspectiva que reflete processos que vêm ocorrendo nos estados, como no Rio de Janeiro onde a CUT, apesar de minoritária, manteve sua participação na inter-sindical ou na Central Estadual de Trabalhadores — CET — no RG do Sul, onde os setores vinculados a Conclat da Praia Grande, que havia tentado dividir o organismo, começam a retomar sua participação.

A manutenção de instâncias inter-sindicais unitárias nos estados, no entanto, não significa deter ou atrasar o processo de construção dos organismos regionais e estaduais da CUT. Ao contrário, esse processo precisa ser acelerado, construindo a CUT como instrumento de organização e mobilização dos trabalhadores capaz de impor uma dinâmica de lutas ao conjunto do movimento sindical. A unificação das lutas ou mesmo a organização unitária do movimento sindical não será conquistada por acordos de cúpula mas imposta pela mobilização nas bases.

Não temos a ilusão de que vamos converter antigos pelegos ou reformistas convictos em dirigentes combativos. No entanto esses setores controlam o acesso a uma parcela significativa da classe e, nesse sentido, uma política de unificação deve ser buscada. Mas devemos ter claro que essa política, que faz avançar o conjunto da classe, não interessa aos setores que racharam o movimento e portanto, terá que ser imposta. Nosso instrumento para isso é a CUT e sua construção precisa ser acelerada.

Sindicato Rural de Santarém Trabalhadores barram intervenção

Dois mil trabalhadores rurais tomaram a sede do sindicato por vários dias, fazendo recuar a intervenção decretada pela Delegacia Regional do Trabalho. Um exemplo de resistência que será lembrado na história do sindicalismo brasileiro.

Por Lalo Torres



desvio de dinheiro da Colônia de Pescadores Z-20, quando foi interventor naquela entidade.

A resistência dos lavradores

O sindicato só foi informado da intervenção seis dias após ela ter sido decretada, e ainda, através da Federação dos Trabalhadores Rurais. Imediatamente, recorreu à mobilização da categoria, distribuindo boletins com orientação para a resistência, como a necessidade de não reconhecer a Junta e não negociar nada com ela; continuar pagando as mensalidades à diretoria eleita; só aceitar como direção a diretoria e os delegados sindicais eleitos pelos lavradores.

Quando os interventores e a Polícia Federal

chegaram ao sindicato, na tarde do dia 16 de janeiro, encontraram mais de dois mil trabalhadores que, junto com a diretoria eleita, negaram-se a acatar aquela decisão e instalaram-se na sede do Sindicato, em assembléia permanente até que a situação fosse resolvida.

No dia 19, três dias após, o juiz da 8ª Vara Federal no Pará, Aristides Porto Medeiros, concedeu liminar à diretoria eleita, anulando a intervenção, não reconhecendo o direito ao delegado para determiná-la, e ratificando a vitória conquistada pelos lavradores através de sua mobilização.

Um sindicato combativo

A história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, se inicia numa luta de já alguns anos. Antes de 1980, formou-se o

movimento "Lavradores Unidos" que apresentou chapa de oposição ao então presidente Geraldo Henrique Araújo. Com uma diretoria composta a partir de delegados sindicais de toda a base territorial do sindicato, encabeçada por Geraldo Pastana, ganhou a eleição de uma forma arrasadora, com uma votação de 2505 contra 272.

A partir daí, iniciou-se todo o trabalho de formação dos trabalhadores rurais com a criação de equipes de educação sindical, com delegados sindicais presentes em toda a sua base, com a luta pela posse da terra, pelo pagamento justo pela produção, pelo atendimento médico a toda a população. Enfrentou também inúmeras perseguições, com militantes sindicais assassinados por latifundiários e tendo, inclusive, que responder a processos judiciais criados pelos políticos pedessistas locais.

Mesmo assim, propôs medidas concretas para a solução dos problemas dos lavradores, como a criação do formulário de posse da terra, que visava a demarcação de terras para evitar a ação dos grileiros, medida que, por sinal, não obteve apoio do Incra. Organizou a luta pela criação de feiras livres, onde os lavradores poderiam vender diretamente aos consumidores, sem terem que ser explorados por atravessadores e intermediários. Iniciou a construção da sede do sindicato, e esteve sempre presente na luta pelo atendimento médico condigno aos lavradores.

Mais significativo ainda, é que o número de sindicalizações de aproximadamente 4 mil em 1980, passou para mais de 16 mil sindicalizações três anos após. Também o resultado eleitoral, de 1983, não deixa dúvidas: a Chapa 2 dobrou o número de votos obtidos, enquanto os pelegos tiveram menos votos que em 1980.

Além disto, consciente de que a luta dos trabalhadores não podia se dar de forma isolada, participou ativamente da preparação, na sua base, do último Conclat, realizado em São Bernardo do Campo, inclusive com seu atual presidente, integrando a executiva nacional da CUT, criada naquele congresso.

Por que a intervenção?

Na realidade, além dos interesses locais do PDS, através de Jarbas Passarinho e Aloisio Chaves, que querem limpar o terreno para melhor explorar os trabalhadores, outros interesses estão em jogo. Segundo boletim divulgado pelo sindicato, o ministro do Trabalho, Munilo Macedo, em "off", admitiu que por trás da atitude arbitrária do delegado regional do trabalho no Pará, estaria existindo uma trama para desmoralizá-lo, destituí-lo do Ministério, para poder cumprir o acordo do PDS com o PTB, entregando a este o Ministério.

Do ponto de vista dos trabalhadores, atitudes como esta são agressões ao sindicalismo combativo, como o exercido pelos trabalhadores rurais de Santarém e, a nível nacional, contra a implantação da CUT.

ELEIÇÕES SINDICAIS

Metalúrgicos do
Rio de Janeiro

Eleições anuladas

Depois do terceiro escrutínio, foram anuladas as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Ao que tudo indica o processo será reaberto, com a publicação de um novo edital de convocação das eleições e novas inscrições de chapas. Isso ocorreu porque foram anuladas duas urnas no terceiro escrutínio cujo número de votos eram muito superior a diferença entre as duas chapas que chegaram ao final da votação. O resultado, excluindo as urnas anuladas, era de vitória da chapa 1 por um voto de diferença em relação à chapa 3.

Metalúrgicos de
S. Caetano

Vitória da oposição

Os metalúrgicos de São Caetano do Sul deram um passo decisivo para recuperar seu sindicato, nas mãos do pelego João Lins desde 1975. Nos dias 18, 19 e 20, a chapa 2, encabeçada por José Ferreira da Silva (o "Frei Chico", irmão do Lula) e apoiada pelo PT e por sindicalistas da CUT e do Conclat, venceu as eleições sindicais por uma significativa diferença de votos em relação à chapa 1, de João Lins. Porém, como a chapa 2 não conseguiu obter número de votos equivalente a 50% mais um dos associados aptos a votar, segundo as exigências da legislação sindical, está marcado um segundo escrutínio para os dias 24, 25 e 26 de janeiro.

Durante as eleições, Lins empregou verdadeiras milícias de marginais armadas de porretes e cassetetes, para intimidar a oposição e seus apoiadores. Mas o pior não é isso: a menos de uma semana das eleições, a Delegacia Regional do Trabalho

impugnou a candidatura de nada menos que dezessete integrantes da chapa de oposição, inclusive "Frei Chico", atendendo a recurso impetrado pela chapa situacionista. Os membros da oposição sofreram vários tipos de acusações, desde o fato de alguns estarem desempregados por tempo maior do que o permitido pela legislação para os postulantes a cargos sindicais até a políticsa denúncia de que "Frei Chico" "defende os princípios ideológicos do PCB". Se prevalecesse a decisão da TRT, a chapa toda seria impugnada legalmente, pois 2/3 de seus membros foram atingidos pelas medidas judiciais.

Mesmo pegos de surpresa, os membros da chapa 2 conseguiram obter liminar junto à Justiça Federal, o que lhes permitiu disputar as eleições e vencer o primeiro escrutínio, superando as tentativas de fraude e intimidação por parte dos asseclas de Lins, auxiliado desta feita pelos prestimoniosos serviços da DRT. Aliás, o Ministério do Trabalho deve estar olhando preocupado para São Caetano do Sul, temeroso de que o sindicalismo autêntico e combativo do ABC acabe por tomar conta também do reduto de João Lins. Ainda pesa sobre a chapa 2 a ameaça de impugnação, que será julgada ainda pela Justiça.

Mas, de qualquer forma, tudo indica que o pelegismo será mesmo varrido de São Caetano.

Ferrovários da
Vale do Rio Doce

Pelegos agridem e ameaçam de morte

Os pelegos que hoje dominam o Sindicato dos Trabalhadores do Vale do Rio Doce estão ficando desesperados com a aproximação das eleições sindicais. A chapa de oposição Araçá, ao que tudo indica, com condições de vencer as próximas eleições, tem denunciado os roubos e negociações que a pelegada andou fazendo. Uma das últimas denúncias que fez a chapa Araçá diz respeito a uma negociata, envolvendo cerca de 25 milhões de cruzeiros, com a firma RGA.

Alecy Correa, atual presidente do sindicato e candidato pela chapa 3, sabe que, com a vitória da oposição, o fim de sua mamata vai chegar. E isso nem o pelego e nem os seus aliados querem. No sábado passa-

do, o marginal Cláudio Lima, gerente geral da RGA, que é ligado ao pelego o que se beneficiou da última negociata, atacou violentamente um apoiador da chapa Araçá, o companheiro Pedro Missage. Mesmo após Pedro desmaiar com as pancadas que levou, com as cadeiradas que Cláudio lhe deu, as agressões continuaram. O fim trágico de mais esse lance de desespero dos pelegos e dos seus aliados foi ter Pedro ficado cego para o resto da vida.

Agora Renato Menezes, candidato a presidente da chapa de oposição Araçá, está jurado de morte pelos pelegos. Defender e apoiar a chapa Araçá é defender o esforço por um novo sindicalismo, combativo e democrático.

Dê uma força para os companheiros de Araçá.

Mande sua contribuição para o Banco Itaú, agência 0070 - Vitória - Espírito Santo, conta nº 22322-7, em nome de Benito Furieri ou Renato Barbosa Menezes. O endereço para contacto é Rua do Rosário, 78 - 1º andar, em nome do Movimento Sindical Ferroviário ou no telefone do sindicato dos trabalhadores da Construção Civil nº 223-5509.

EM SÃO PAULO, O COMÍCIO INESQUECÍVEL

300 mil enterram as indiretas

Na quarta-feira, dia 25, em São Paulo, um caixão preto, com a inscrição **Eleições Indiretas** passou de mãos em mãos até a frente do palanque e desapareceu entre o mar de cabeças. Foi o maior ato político organizado no Brasil após 1964. O resultado da popularidade da tese das eleições diretas, a soma de um trabalho mudo de milhares de organizadores com a poderosa máquina do governo paulista.

No comício, uma ausência notada: Tancredo Neves, aquele que joga o triunfo de ter um pé nas diretas e um pé no Colégio Eleitoral. Tancredo havia ficado em Minas para receber uma comitiva de Figueiredo, em visita ao estado para inaugurar obras. Mas também ausentes os governadores Mestrinho (Amazonas, PMDB), Gerson Camata (Espírito Santo, PMDB), Wilson Martins (Mato Grosso do Sul). A tese da participação no Colégio Eleitoral, porém no caso do fracasso das diretas, corta bem mais fundo no PMDB. Até o deputado federal Miguel Arraes, considerado da ala mais combativa do partido, chegou a afirmar: "nós vamos lá de lenço no nariz, mas vamos".

Outros grandes ausentes no comício falado por alguns como o da unanimidade nacional: os empresários. Nem mesmo os peemedebistas, que se destacaram no apoio a Montoro na época das eleições, compareceram.

Em São Paulo, 300 mil enterraram as eleições indiretas. A campanha ganha cada vez mais um apelo de massas irresistível e impossível de ignorar, como vinham fazendo vários órgãos da imprensa falada e escrita. Agora, é preciso que ela se espalhe com toda força pelo país, que traga mais e mais multidões de perder a conta para as ruas. Pois não há falta de gente interessado em desenterrar o defunto odiado e mal-cheiroso.



Lula: no próximo comício vamos ser um milhão

militante ou influenciado por este ou aquele partido. O que torna difícil uma avaliação mais precisa da opção partidária majoritária entre a massa que foi ao comício.

PT e PMDB eram as duas grandes presenças. Do PDT e do PTB, só era possível ver sinais procurando com muito empenho.

O PMDB, no entanto, entrou desorganizado e tão recortado no comício, que quem acabou dando o tom foi o PT nos tira-teimas, nos aplausos e nos apupos. Principalmente, quando a chuva que começou a cair mais forte desde às 17:00 horas, depurou as presenças, exigindo mais apego político.

Do PMDB, pode-se ver as faixas próprias: o MR-8, o PCB, o PCdoB, Limeira com Montoro, Rio Claro com Ulisses, além de faixas de vários deputados em disputa de influência no PMDB paulista e interessados em se promover.

Mais homogêneo na presença, em sua maior parte concentrado na faixa que corria do meio para a direita do palanque, a massa petista se fez ouvir com mais força.

Um dia de festa na Praça

Abstraidas as bandeiras e faixas, a multidão exalava a alegria e a tensão de torcida de futebol. A presença dos artistas (Raul Cortez, Fernanda Montenegro, Dina Sfat, Sonia Braga, Bruna Lombardi, Ester Goes, Walmor Chagas, Martinho da Vila, Paulinho da Viola, Alceu Valença e tantos outros), as chamadas permanentes do locutor esportivo Osmar Santos, os refrões cantados com gosto ("um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o presidente do Brasil") coloriam a Praça.

Antes do começo, a multidão impaciente e já se acotovelando, impaciente, pedia para colocar o time em campo. Quando Chico Buarque, com voz tímida, entoou o "Apesar de Você", a mesma apoiou e desatou a cantar. Quando a chuva começou a cair e alguns começaram a sair, vozes logo advertiram: "é pessoal, diretas com chuvas é melhor que indiretas".

No início, antes do frevo das diretas de Moraes Moreira, já tinha vindo uma boa contribuição da escola de samba de Catanduva (já, já, já, diretas já, O Brasil está pedindo pra votar/Já são vinte anos/estamos cansados de esperar"). E uma banda de música, austera e solene, já tinha irrompido na Praça, seguida de moleques e pivetes.

A multidão fez a farrá. E foi o me,nor do comício.

Muitos falaram

Estruturado o comício para atender à diversidade dos setores presentes e dos políticos que não podiam perder a oportunidade de se promover, o comício ficou algum tempo no morno, diante dos discursos repetitivos. Lá embaixo, o pessoal se dispersava, só interrompendo a descontração para repicar um refrão do apresentador.

O comício foi poucas vezes eletrizante, mantendo um pique de excitação e entusiasmo por mais tempo. A grande maioria das falas absorveu a denúncia exaustiva dos males da situação do país, se deteve na louvação das diretas, no aconselhamento ao governo para que ouvisse o reclame geral pelas diretas, poucas entrando mais de rijo na denúncia aberta da ditadura e da necessidade de derrubá-la, independente da vontade do Congresso.

Nenhuma enfrentou a questão: e, se apesar de todos os comícios, se apesar da enorme massa da população querer, os deputados do PDS decidirem pelo colégio eleitoral?

Nunca vi comício como este

A atenção maior se concentrou no final do comício, quando iam falar os governadores presentes, Ulisses e Lula. Nabor Júnior (Acre) passou em branco; Iris Rezende, sem dizer muita coisa, teve mais presença de palanque enquanto Richa (Paraná) foi mais aplaudido pela lembrança do apresentador ao comício do Paraná.

Brizola, após afirmar que nunca em sua carreira de político tinha presenciado uma multidão como aquela, se referiu à "corte de Brasília" que está de costas ao país. E Ulisses, saudou o comício que "derrubou a Bastilha, que derrubou o Colégio Eleitoral". Montoro, pegando a deixa, disse que ali "não estavam trezentas ou quatrocentas mil pessoas; e sim 130 milhões de brasileiros".

Lula, o penúltimo a falar, puxou a orelha dos petistas por vaiarem, não entenderem a necessidade do trabalho unitário com os outros partidos de oposição. E ligou a luta pelas eleições diretas à luta contra a fome, pela reforma agrária, pela liberdade sindical e pelo rompimento com o FMI.

Foi Lula também quem mais claramente se preocupou em tirar desdobramentos do comício, propondo a organização da campanha "nas fábricas, nas escolas, nas ruas" como condição para se conquistar as eleições diretas.



Sanduíche pelas diretas

O ônibus da CMTC, de graça, às 15 horas, estava impressionantemente cheio, lotado. Passeatas organizadas impediam o trânsito no centro, se encontrando e se cruzando, a caminho da Praça da Sé. Diante da chamada de personalidades falecidas, a que a passeata deveria responder "presente", a funcionária da Secretaria de Educação pergunta: "Santo Dias, quem era?"

No Brasil, quando um comício junta tanta gente tem inevitavelmente um ar de carnaval de rua, de arquiabancada de futebol: crianças perdidas, gente passando mal, picolé, batucada, empurrão. Um bêbado passa gritando: "Deixa eu passar! Vou até lá na frente que eu também quero falar!" Passam cordões inteiros com pai, mãe, filhos, tia. Mas o mais engraçado era ver, dessa confusão toda, um senhor miúdo, chapéu, olhos claros, pinta de imigrante italiano: impassível. Ele só interveio quando o moleque perdido dos pais começou a chorar.

Mas isso foi antes da chuva. Ela só apertou mesmo já pelo final do comício, espantando muita gente para as marquises. Quem ficou, abriu guarda-chuvas, faixas e bandeiras democraticamente estendidas sobre as cabeças de todos em volta. Ou caiu no samba e na cachaça, junto à bateria da Banda do Pirandello, por exemplo, que neste carnaval vai sair pelas diretas. Na frente do bloco, uma faixa: "Não rias de mim, Argentina". Alguém gritava: "pelego! pelego!". Vaias. Não dava para enxergar nada e pergunto às pessoas do lado quem é que tentava falar. "É o Joaquinão, do Sindicato dos Metalúrgicos!" Não era, era o Magri, dos eletricitários. Pelego por pelego, valeu a fama do Joaquim.

No final, a chuva seguia implacável e o ônibus se encheu de molhados e exaustos já no ponto final. Foi quando o vendedor de sanduíches naturais abriu a cesta e começou a distribuir "prá não ter que jogar fora". Alguém perguntou: "De que é este sanduíche?". "É do PT, pelas diretas", respondeu o vendedor.

Multidão nas ruas

Após o comício de fim de ano pelas diretas em São Paulo, de nome inter-partidário mas de fato apenas organizado pelo PT, veio a mensagem de fim de ano de Figueiredo, reafirmando o Colégio Eleitoral e taxando a campanha pelas diretas de "perturbadoras da ordem". As oposições burguesas que paralisou por completo o centro da capital baiana. Inédito: o comício contou com a participação de Caetano, num engajamento raro na carreira do compositor. Caetano, que incrível combinação, está com Tancredo a quem considera o maior político brasileiro, "politicíssimo".

A convenção do PMDB em dezembro elegeu uma maioria tancredista em sua direção nacional (inclusive um biônico para o cargo de secretário-geral do partido), frustrando a candidatura de Ulisses, deixando indefinida a posição em relação à participação no Colégio Eleitoral. Ulisses, num gesto de ousadia, lançou sua candidatura, sem o endosso da direção do partido e dos governadores peemedebistas, de Nova York.

O primeiro pontapé ficou a cargo de Curitiba: uma multidão de cinquenta mil pessoas ocupou as ruas centrais da capital paranaense. Os principais órgãos da imprensa falada e escrita — Rede Globo da frente — trataram o tema com desdém ou desconhecendo o fato. O porta-voz de plantão no Planalto, Carlos Atila, que vem se superando em provocações ao povo, comparou o comício à dança da tribo pedindo por chuvas. De qualquer maneira, o comício de Curitiba, com uma excelente presença de público, marcou uma virada importante: os governadores peemedebistas que, durante todo o ano passado evitaram se meter em atos políticos e viraram seus cassetetes contra as greves e mobilizações populares, agora punham a máquina de seus governos a favor da mobilização.

Invadir o campo

Em Porto Alegre, em uma passeata com alto grau de improvisação e que, por isso mesmo, reuniu cerca de cinco mil pessoas, um fato interessante: a presença de Tancredo que já estivera também em Curitiba, mostrando a sensibilidade do político mineiro em ocupar os espaços no partido, concorrendo com a candidatura "natural" de Ulisses, ao mesmo tempo que

mantém um outro pé no Colégio Eleitoral.

Em seguida, a bola passou para o nordeste com uma grande festa — comício em Olinda, Pernambuco. Vinte mil pessoas em praça pública em um ato que contou com a presença da cantora Fafá de Belém. No dia 20 de janeiro, foi a vez de Salvador reunir vinte mil pessoas em um comício que paralisou por completo o centro da capital baiana. Inédito: o comício contou com a participação de Caetano, num engajamento raro na carreira do compositor. Caetano, que incrível combinação, está com Tancredo a quem considera o maior político brasileiro, "politicíssimo".

Nem o crescendo da campanha por todo o país, nem mesmo a preparação em São Paulo do grande comício que já ganhava contornos claros de uma campanha que mexia com a massa da população conseguiram quebrar o gelo, a parede do silêncio da maioria dos órgãos da imprensa burguesa.

Neste contexto, o comício de São Paulo. Uma cartada decisiva pois um comparecimento menor seria o pretexto para reforçar a ideia da inevitabilidade do Colégio Eleitoral.

Agora, depois da Praça da Sé, o desafio é não deixar a bola cair e se preparar para furar a tranca do inimigo, mesmo se necessário for fazer a torcida entrar em campo e ganhar na marra.

Assine EM TEMPO

UM JORNAL COM TRADIÇÃO NA LUTA CONTRA A DITADURA

A Editora Aparte Ltda.

Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP

CEP: 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral do jornal EM TEMPO

Nome:

Endereço:

Cidade:

Bairro:

Estado:

CEP:

Preço: assinatura anual: Cr\$ 5.000,00 assinatura semestral: Cr\$ 2.500,00

Comícios em todo o país

- 26 de janeiro - Santos
- 27 de janeiro - Olinda, João Pessoa e Porto Alegre
- 28 de janeiro - Juiz de Fora
- 29 de janeiro - Macaé
- 2 de fevereiro - Teresina
- 10 de fevereiro - Natal
- 15 de fevereiro - Macapá
- 16 de fevereiro - Belém
- 18 de fevereiro - Manaus
- 19 de fevereiro - Uberaba
- 21 de fevereiro - Campo Grande
- 24 de fevereiro - Belo Horizonte
- 26 de fevereiro - Aracaju
- março - passeata a favor das diretas no Rio
- 2 de abril - Londrina



A partir de setembro último, a situação política em El Salvador começa a sofrer uma alteração de qualidade. De um lado a guerrilha liderada pela FMLN deslançou uma nova ofensiva que vem alcançando inúmeros sucessos até o início deste ano (ver box) e de outro a retomada de manifestações de massa há anos fora do cenário político de um país em plena guerra civil.

No dia 27 de setembro mais de 15 mil camponeses foram para as ruas da capital sob as palavras de ordem: "Nenhum homem sem terra, nenhuma terra sem homem" e "Somente o povo salvará o povo", no momento em que a Assembléia Constituinte eleita em março de 1982 iria discutir a questão da terra para a nova Constituição do país. (ver entrevista) Simultaneamente duas importantes greves foram feitas com sucesso no setor público (no Instituto de Habitação e no Seguro Social), o que levou ao ressurgimento dos grupos paramilitares tipo esquadrão da morte nas cidades. (Segundo o depoimento do major Roberto d'Aubuisson, porta-voz de extrema direita no governo, esses grupos são compostos por oficiais do exército descontentes com o alto comando militar imobilizado diante das derrotas sofridas pelo exército diante da ofensiva da guerrilha.)

A profundidade da crise política é ilustrada pela demissão do presidente do Conselho Central encarregado de preparar as eleições de março de 1984 e pela paralisação da Assembléia Constituinte encarregada de redigir a nova Constituição. Até setembro ela só tinha conseguido aprovar 39 artigos sobre os 210 propostos. A Assembléia ficou especialmente paralisada na questão da distribuição da terra e da limitação da propriedade fundiária.

Os grandes proprietários de terras e o presidente do Comitê Interspartidário encarregado de encontrar uma solução de compromisso definiram seus princípios nos seguintes termos: "A propriedade é uma extensão viva da pessoa humana de acordo com Deus, nosso dever é de conservá-la protegê-la e evitar a todo preço que estrangeiros, delinquentes ou terroristas nos privem desse sagrado direito".

Os quatro pontos da FMLN

A tensão e as contradições entre os partidários da Aliança Republicana Nacional (ARENA) e os democratas cristãos atingiram um grau extremo. Os grupos paramilitares da extrema direita vem fazendo pesadas ameaças sobre os deputados considerados muito reformistas, especialmente os da democracia-cristã que propuseram uma limitação sobre a extensão da propriedade. Os grandes proprietários interessados em bloquear todos os projetos de redistribuição de terras são na verdade os financiadores dos grupos paramilitares.

As conversações preliminares entre Richard Stone (enviado especial dos EUA para negociar com a guerrilha) e a FMLN-FDR mostram que, para o imperialismo, a perspectiva das negociações não passam de uma manobra diplomática destinada a ganhar o apoio do Congresso Americano, a neutralizar a opinião pública americana e internacio-

A guerrilha

A guerra civil em El Salvador entra em 1984 sem uma perspectiva de resolução no curto prazo. Mas, desde setembro a situação começa a sofrer uma alteração de qualidade com os sucessos da ofensiva guerrilheira e com a retomada das mobilizações de massa.

Por Virginia Pinheiro



A ponte de Cuscatlán em ruínas: a potencia da guerrilha.

nal, ao mesmo tempo em que reorganiza o exército e intensifica os preparativos militares.

A FMLN já deixou claro que não participará das eleições sem garantias. Essas garantias passariam pela formação

de um governo de transição amplo e representativo de todas as forças, que seria encarregado de preparar as eleições. Nada de eleições sob a ditadura, essa é a posição dos revolucionários. E foi precisamente esse o ponto que bloqueou as conversa-

A nova ofensiva da guerrilha

Desde setembro, a guerrilha vem sofrendo golpes seguidos no exército salvadorenho. E os EUA já suspeitam que a guerrilha tem olhos e ouvidos infiltrados no exército.

A partir do início de setembro, o exército salvadorenho sofreu numerosas perdas nos combates com a guerrilha. As melhores unidades, inclusive os batalhões de elite provenientes de Honduras se encontram em dificuldade. As forças revolucionárias estimam em dois mil os mortos, feridos, prisioneiros ou desaparecidos das forças governamentais até o início desse ano.

As perdas sofridas pelo exército ultrapassam o número de homens que entraram no país oriundos dos treinamentos militares com assessoria americana em Puerto Castilla em Honduras. As forças revolucionárias estariam nos arredores de inúmeras cidades de zona econômica vital. No início de setembro a FMLN atacou São Miguel, terceira cidade do país. Em fim de outubro, ela controla a cidade de Suchitoto a 40 km da capital e sua única via de acesso. Na passagem do ano pegando o exército salvadorenho totalmente desprevenido atacou simultaneamente a quarta brigada de infantaria sediada em El Paraíso na província de Chalatenango já sob controle dos guerrilheiros e destruiu no sul uma das mais importantes vias de acesso à capital do país, a ponte de Cuscatlán, numa batalha que durou mais de duas horas e deixou um saldo de mais de cem mortos.

Segundo os conselheiros militares

americanos, o conjunto dos combates desde setembro teria afetado nove províncias entre as quatorze existentes. Os assessores militares se perguntam agora sobre a fraca rentabilidade das tropas de elite treinadas em Honduras e se preocupam com as fontes de informação de que dispõem os guerrilheiros sobre deslocamentos de tropas e a importância das forças enviadas em reforço, que regularmente caem em emboscadas. Suspeitam que essas fontes de informação provenham do próprio exército salvadorenho.

O resultado é o medo dos soldados de sair das casernas. O Pentágono não ignora esta situação. Fred Ikle, subsecretário de Defesa declarou: "Com os 64,8 milhões de dólares aprovados para 1984 nos não temos os meios para melhorar a capacidade das forças governamentais de responderem mais rapidamente, "e reconhece que a mobilidade do exército não é suficiente para responder aos ataques da guerrilha. "Precisamos de muitos helicópteros e aviões leves para alterar a situação diz ele. Mas não temos verbas para deslocá-los."

De qualquer modo, o estardalhaço que a imprensa americana a serviço de Reagan vem fazendo sobre essa nova ofensiva da guerrilha, apenas indica que o imperialismo deve passar a uma etapa superior de investimento de forças.

ções entre Stone e a Comissão de Paz do governo salvadorenho.

A FMLN procura utilizar o diálogo como instrumento de politização e de mobilização. Propõe por exemplo que as conversações continuem em El Salvador, que seja organizado um grande debate nacional que repercuta além das fronteiras salvadorenhas e especialmente nos EUA. As últimas propostas da FMLN foram divulgadas a partir de outubro através de um relatório assinado pelo comandante Joaquim Villalobos e que se intitula "Os quatro pontos pelos quais a FMLN luta:"

1. O estabelecimento de uma nova ordem econômica e social (...) que utilize o potencial do setor privado (...) a fim de não afetar a capacidade da economia nacional e na qual a reforma agrária e bancária e a nacionalização do comércio exterior deveriam quebrar as grandes concentrações de capitais.

2. O estabelecimento de um governo com ampla participação representando todas as forças políticas democráticas inclusive a FMLN-FDR (...) que garanta a liberdade de expressão e organização, os respeito aos direitos do homem e a realização de eleições verdadeiramente livres com a participação de todos.

3. Um novo exército constituído sobre as bases do atual exército e das forças militares da FMLN. Porque "recompor o poder militar considerando que existem dois exércitos é uma necessidade fundamental, sem a qual é impossível haver a paz. A FMLN não propõe a destruição do exército, mas a organização de um novo poder militar sobre a base do exército atual e do FMLN".

4. Uma política externa independente e não alinhada.

Desmoralizar o exército

Num artigo mais extenso publicada pela revista Cuadernos Políticos Villalobos se detém a analisar mais profundamente o significado dessas propostas, chamando atenção para o fato de que entre o seu enunciado e sua realização existe a realidade da correlação de forças e da dinâmica da luta de classes.

A questão mais espinhosa é evidentemente a do exército, afirma. Mas qual seria a situação do exército salvadorenho diante das forças intactas da FMLN sem a ajuda militar americana? Os próprios conselheiros militares ianques não reconhecem a existência de profundas divisões no interior da hierarquia militar e de cumplicidades a um alto nível com a guerrilha? Tais propostas poderiam ter como objetivo desmoralizar oficiais e soldados assumindo uma hipoteca que pode pesar sobre o seu futuro. "A FMLN sempre deu uma enorme importância à desmoralização dos militares, à necessidade de provocar um "desabamento moral" para conseguir a vitória."

O exército salvadorenho conta com 25 mil homens preparados e assessorados pelo imperialismo e apesar disso vem sendo posto em xeque por 7 mil guerrilheiros. As direções revolucionárias da América Central têm agora anos de luta e a experiência de duas revoluções vitoriosas: a revolução cubana e a revolução nicaraguense que utilizaram o terreno diplomático. Elas travaram um combate que representa um desafio colossal à potência imperialista mais forte do mundo. As manobras diplomáticas são apenas um acessório da luta armada, mas seu papel pode ser decisivo para estimular o apoio popular do povo americano que ocupa um lugar estratégico para a revolução centro-americana.

resiste e avança

Aqui, a palavra de Francisco Herrera, representante da FMLN/FDR na Europa. Ele analisa as dificuldades e a estratégia da guerrilha na fase atual da luta.

— No dia 27 de setembro último, aproximadamente 15 mil camponeses fizeram uma manifestação na capital de El Salvador. Como você situa esta manifestação no contexto da situação atual de guerra civil?

Herrera — O motivo imediato da manifestação foi o fato de que a Assembléia Constituinte iria aprovar naqueles dias as propostas referentes à questão da terra e a oligarquia não estava disposta a fazer nenhuma concessão em relação a esses pontos. Mas o mais importante é que esta manifestação representou o descontentamento de setores do campesinato que apenas há um ano e meio sustentavam o projeto proposto pela EUA sobre a realização da eleição de março de 1982.

Esses camponeses são muito pobres e vivem presos a um desespero cotidiano. Eles constataram que esse regime nada fez por eles no que concerne à distribuição da terra. Bem ao contrário, milhares de famílias tiveram de devolver sua pequena parcela de terra recebida na primeira fase da reforma agrária. Eles não puderam aguentar seu endividamento porque, de acordo com a reforma, a terra deveria ser comprada. É preciso ainda assinalar que a realidade é bem mais complexa do que a imprensa internacional quer fazer crer, segundo a qual esta manifestação foi convocada pelo Partido Democrata Cristão (PDC). A crise econômica hoje atinge os camponeses indistintamente, qualquer que seja seu partido político: Existe na verdade um

Os camponeses que foram as ruas são muito pobres e vivem presos a um desespero cotidiano. Eles constataram que o regime nada fez por eles. Ao contrário. Tomou de volta sua pequena parcela de terra conseguida na primeira fase da reforma agrária.

descontentamento geral contra um regime que não responde às mínimas aspirações desses camponeses. Ele vêem, por exemplo, que o regime hoje é obrigado a importar milho, que junto com o feijão, constitui a base da alimentação no país.

Portanto, o milho é exatamente um dos produtos que não deveriam ser importados mas produzidos internamente. Além do mais, o milho que estamos importando dos EUA é de péssima qualidade. O leite não é mais encontrável, o que causa graves problemas às famílias que têm crianças pequenas. A própria água é muito cara. Certos produtos de consumo corrente, como a pasta de dente, aumentaram mais de 500% em dois anos. Setores da população camponesa que não estavam nem do lado do regime e nem do lado da FMLN-PDR estavam esperando desde 1979 para ver o que a reforma agrária faria por eles. Até o momento, o PDC foi capaz de conservar uma influência política sobre esses setores, mas já começa a perder o controle. É nisso que reside a significação essencial da manifestação de setembro.

— Como que esses camponeses que se manifestaram são organizados?

Herrera — A maioria deles são organizados pela União Comunal Salvadorenha (UCS) que tem relações bem estreitas com a União Popular Democrática (UPD), uma organização que agrupa tanto partidos políticos como organizações sindicais, em geral de sensibilidade mais democrática-cristã. Foram eles os organizadores dessa manifestação contra Alvaro Mangana. Mas é preciso insistir que esta ação ultrapassou os quadros da UPD. Porque uma coisa é ver camponeses reunidos em assembléia. Outra coisa é vê-los nas ruas. Num país onde existe uma confrontação tão dura entre as classes, onde reina uma terrível guerra civil, as ruas são por natureza um lugar "subversivo". Nessa manifestação havia

palavras de ordem verdadeiramente revolucionárias, tais como "Nenhum homem sem terra, nenhuma terra sem homem" ou "Somente o povo salvará o povo". Exigir terra num país no qual esta questão é precisamente o ponto central do conflito, tem uma importância enorme.

— A seu ver essa manifestação abre espaço para novas possibilidades de trabalho político de massas para as organizações revolucionárias?

Herrera — Nós temos ao menos uma primeira responsabilidade que é a de levar essas massas a radicalizar suas posições. Aliás nós não temos outra alternativa, senão eles poderão novamente ser enganadas por um

Recentemente foi feito um encontro nacional dos Poderes Populares Locais para dar um balanço na experiência. Eles são considerados estruturas embrionárias de uma forma de governo verdadeiramente popular, uma espécie de contrapoder construído sob as bombas de Reagan.

fórmula qualquer do imperialismo, via Democracia Cristã. Nós temos que demonstrar a elas que a única solução é a de se unir às organizações que se opõem claramente ao regime. E de fato existe um espaço político novo conquistado verdadeiramente pelas organizações de massa, seja da UPD, seja da FDR, porque o regime não tinha nenhum interesse nessa manifestação de camponeses.

Em relação ao movimento dos trabalhadores urbanos, todo mundo sabe que o regime, com a ajuda dos EUA, tem exercido uma repressão feroz e bastante eficaz no sentido de desmoralizar as organizações sindicais. Isto para nós é um grave problema, porque na nossa concepção político-militar de tomada do poder o movimento de massa é uma necessidade estratégica. Não acreditamos que a tomada do poder possa se dar somente com as ações armadas. É necessário todo um trabalho político para combinar a insurreição popular com a luta armada. El Salvador é um pequeno país estratégico para o imperialismo que está disposto a arrasar qualquer processo de libertação que se desenvolva. Portanto somente com um amplo apoio dos trabalhadores e dos setores populares poderemos ser capazes de sustentar a situação que se seguirá. Atualmente estamos satisfeitos com os progressos realizados nesse sentido.

Por exemplo, no 1º de maio conseguimos realizar ao longo de todo o dia uma manifestação de trabalhadores na capital, apesar do local da reunião ter sido cercado pela polícia. Em 26 de julho a Federação Sindical Revolucionária (FSR) que é membro do Comitê de Unidade Sindical de Salvador (CUSS) conseguiu realizar seu congresso, o que foi um enorme sucesso. Da mesma forma, a organização das mulheres salvadorenhas (AMES) conseguiu realizar o seu. Agora são os camponeses que estão preparando o deles. Cada ano, a Associação dos Professores salvadorenhas (ANDES) tem conseguido festejar o seu dia, o 21 de junho, apesar de enormes dificuldades. Finalmente, tem havido numerosas greves na construção civil, na indústria têxtil e entre os trabalhadores municipais.

— E em relação à guerrilha, vocês vêem possibilidades de desenvolver e de ampliar os poderes populares locais nas zonas liberadas, no próximo período?

Herrera — O Poder Popular Local (PPL) representa uma grande conquista de nossa luta de libertação. São estruturas que tem uma função estratégica na atual guerra de

libertação e que continuarão a desempenhar um papel importante mais tarde, mesmo após a vitória. Nas zonas controladas pela FMLN, principalmente em Chalatenango, onde essas estruturas existem e estão em funcionamento, elas representam uma administração da vida coletiva nas mãos das massas populares. A população organiza nessas zonas a produção, evidentemente uma produção de guerra" cujo objetivo é a subsistência. Mas existe casos em que é possível também prover a guerrilha. Os PPL organizam igualmente os serviços de saúde, apesar das enormes dificuldades. Atualmente certas doenças crônicas resultantes da nossa pobreza estão em via de serem extirpadas. Os PPL estão também lutando contra o analfabetismo, especialmente das crianças orfãs de guerra, atualmente muito numerosas. Desenvolvem igualmente o artesanato e todas as pessoas das zonas liberadas têm uma função para que se sintam úteis à coletividade. Finalmente os PPL organizam a auto-defesa da população, evacuação em caso de bombardeios e construção de abrigos. Recentemente foi feito em encontro nacional dos PPL para dar um balanço na experiência. Eles são considerados estruturas embrionárias de uma forma de governo verdadeiramente popular, uma espécie de contra-poder construído sob as bombas de Reagan.

— Existe alguma relação entre a edificação do poder popular e os rumores de formação de um governo provisório nas zonas liberadas?

Herrera — É preciso tomar cuidado com a utilização do termo "governo provisório" porque isto pode levar a confundir com a proposta dos EUA de dividir o país em dois. Existiria assim El Salvador sobre o controle dos EUA e El Salvador sobre o controle dos "subversivos", como no Vietnã. Isto de um lado. De outro, é preciso ressaltar que a população que se encontra nas zonas controladas pela FMLN está longe de ser a maioria da população do país e nós não temos o direito de abandonar o resto do país e nos contentar com a consolidação em Chalatenango e Morazan. O trabalho político levado a cabo pelas organizações de massa não teria mais sentido. A vitória que queremos

As aceitar a discussão com os EUA e com o governo Magaña, nós sabíamos que certas contradições iriam aparecer no interior do governo, da burguesia e do exército salvadorenho. E foi exatamente isso que aconteceu.

concerne a toda a nação e passa pela tomada do poder central, seja pela tomada de assalto ao palácio presidencial pelas armas, seja por outros meios, diplomáticos, por exemplo.

— Como as negociações com o representante dos EUA e a Comissão de Paz de Alvaro Mangana se integram em sua estratégia de tomada do poder? E quais são as suas posições sobre as próximas eleições?

Herrera — Reagan foi forçado a tentar negociar por causa da grande resistência da opinião pública americana e do Congresso diante de sua política agressiva na América Central. Trata-se de uma concessão tática da parte do governo americano. Em abril, Reagan designou Richard Stone como mediador dessas discussões e simultaneamente uma Comissão de Paz foi formada por iniciativa dos partidos políticos salvadorenhos com o aval do presidente Mangana. Era um instrumento do governo, em termos práticos, para poder obter um contato conosco. O objetivo da Comissão de Paz e também o de Stone é o de nos fazer participar das eleições inicialmente programados para dezembro e, posteriormente, adiadas para março de 84. Desde dezembro de 1980 nós temos continuamente feito propostas de soluções políticas

globais ao conflito em nosso país e sempre encontramos resposta negativa por parte dos EUA. Ao aceitar encontrar com o representante dos EUA e da Comissão de Paz nós queríamos demonstrar que estávamos abertos ao diálogo mas deixando claro que estávamos interessados em negociar uma solução global ao conflito e não simplesmente participar das eleições. Aos membros da Comissão de Paz fizemos a contra-proposta de um debate nacional em São Salvador e eles recusaram. Em nossa concepção integral de guerra popular, as negociações são um novo instrumento, uma nova frente criada pela guerra e que deve ser estreitamente coordenada com a própria guerra.

— Que vantagens vocês conseguiram com essas negociações?

Nosso objetivo é o de chegar a uma correlação de forças que permita ao povo colocar na ordem do dia uma verdadeira mudança, que é a tomada do poder. A negociação é apenas uma forma de luta.

Herrera — No início de 83 os americanos estavam enfrentando muitos dificuldades para continuar conseguindo aval em sua ajuda militar ao regime salvadorenho por causa de sua brutalidade e desrespeito a qualquer vida humana. A impopularidade da política de Reagan em El Salvador levou o Congresso americano a impor limites à esta ajuda e um debate ganhou corpo neste órgão sobre a necessidade de o governo americano demonstrar mais jogo de cintura, de espírito de diálogo. O mesmo valia para o governo salvadorenho.

Nesse ponto, se nós recusássemos dialogar, dando provas de intransigência, isto poderia servir de argumento para justificar o aumento da ajuda militar ao regime e aumentar a pressão contra nós. Eles tudo fariam para explorar o fato de uma imagem negativa dos extremistas que fazem a guerra pela guerra. Uma vasta campanha de propaganda seria lançada contra nós. Recusar seria cair numa armadilha. Mas nós temos uma visão mais geral sobre a questão das negociações. Ao aceitar a discussão nós sabíamos que certas contradições iriam aparecer no interior do governo, da burguesia e do exército salvadorenho. E foi exatamente isso que aconteceu. Era preciso também evitar que ficassemos numa posição puramente defensiva, de responder às propostas. Era preciso que nós mesmos assumíssemos a iniciativa. Nossas propostas ficaram mais conhecidas pelo povo salvadorenho que por inúmeras razões deseja também o fim dessa guerra.

Nós estamos nessa luta para por fim a uma tirania que já dura mais de 50 anos em nosso país. Para responder a uma crise econômica estrutural, para atingir uma verdadeira democracia. Para atingir tais objetivos fomos forçados a pegar em armas porque não havia outra saída. Nosso objetivo é o de chegar a uma correlação de forças que permita ao povo colocar na ordem do dia uma verdadeira mudança; que é a tomada do poder. A negociação é apenas uma forma dessa luta. Trata-se para nós de combinar nossa ação diplomática com o trabalho político de massa e a ação militar. Isto provoca contradições nas fileiras inimigas porque o fim da guerra civil interessa até mesmo a setores da própria burguesia, o que não significa que eles desejem a vitória da FMLN, mas que buscam soluções alternativas. Não faltam contradições entre o regime e os EUA. Em relação à proposta das eleições não participaremos delas. As condições mínimas que tornariam possível nossa participação não existem. Portanto, a guerra continua.

Uruguai Greve geral paralisa o país

Prossegue forte a pressão popular contra as ditaduras do cone sul. Após as grandiosas manifestações de rua no ano passado, os trabalhadores uruguaios realizam com êxito a sua primeira greve geral em dez anos.

Dia 18 último, o Uruguai parou. A indústria e o comércio sequer abriram suas portas. A circulação de ônibus e táxis inexistiu; a de trens se viu reduzida em 80%. Os jornais não foram publicados e as emissoras de rádio funcionaram em caráter absolutamente precário, operadas por pessoal ligado às direções. Apenas as repartições públicas, bancos oficiais inclusive, funcionaram, visto terem sido os seus funcionários submetidos a uma sistemática campanha de coerção.

Dia 18 último, em atendimento à convocatória do PIT (Plenário Intersindical dos Trabalhadores) para uma greve geral de 24 horas — por aumento salarial de 2.500 pesos, reajustes trimestrais, plena vigência da liberdade sindical proscrita, anistia aos presos políticos, retorno às liberdades públicas e políticas — milhares de trabalhadores de Montevideu e do interior permaneceram em suas casas ou foram às praias.

O êxito dessa greve geral, a primeira depois de mais de dez anos de ditadura, foi reconhecido pelo próprio ministro do Trabalho, Nestor Bolentini. Esse coronel afirmou que a paralisação foi praticamente total.

Gozando das melhores pradarias do mundo e de um sem número de frigoríficos, o Uruguai conheceu, durante longos anos, a realidade de uma superestrutura, democrático-burguesa, fruto em grande parte de um acordo de cavalheiros levado a cabo pelos setores política e economicamente dominantes.

Contudo, com o sobrevir, no início da década passada, da atual crise do capitalismo, quarenta anos de constitucionalidade foram para o brejo. Mercados mundiais da carne e da lã fechando-se cada vez mais, consequentemente à sua crescente manipulação pelos setores monopolistas. Petróleo encarecendo dia a dia. Espiral do endividamento externo. Paisagens desoladas de frigoríficos desativados. Era chegado o momento de por termo à "boa-vida" do povo urguai. Foi o que pensou a oligarquia.

A 27 de junho de 1973, com a colaboração de Bordaberry e o apoio de latifundiários, empresários e pequena-burguesia, esta última atemorizada pelas ações violentas anteriormente desencadeadas pelo Movimento de Libertação Nacional (Tupamaros), foi desfechado o golpe militar. A partir de então seria dado ao mundo conhecer (Relatório da Anistia Internacional, divulgado em fevereiro de 1976) um dos mais impressionantemente sofisticados e eficientes aparelhos de repressão já montados. Oficiais militares e policiais somavam esforços para, torturando ao máximo, sem deixar morrer, salvar o sistema.

Hoje, com seus 1.200 presos políticos, dos quais cerca de 600/700 estão encerrados em Libertad, cidade-prisão situada a 50 km de Montevideu, o Uruguai bate um nefasto recorde.



Grevistas têxteis em Montevideu.

A idéia de institucionalizar esse regime de horror não surgiu no atual governo de Alvarez. Ela remonta ao ano de 1976, quando militares secundados por adesistas, formaram uma comissão cívico-militar para estudar opções de "institucionalização gradual".

O projeto de Constituição, visando a legalizar a presença dos militares no poder, foi posto em votação em 30 de novembro de 1980. Surpresa: em um momento em que os setores sindical e popular se encontravam desorganizados e desmobilizados, e em que, é óbvio, a propaganda oficial em prol do "sim" era muito intensa, o projeto foi derrotado. 58% dos eleitores brindaram a ditadura com um rotundo "não".

O segundo revés

Ao assumir a presidência da República, em setembro de 1981, o general Gregório Alvarez, o "enguia" (lembramo-nos: peixe deveras escorregadio), segundo o anedotário político local, corrobora os planos de institucionalização e, para processá-los, anuncia um novo calendário político.

Em junho de 1982, é promulgado o estatuto dos partidos políticos, com caráter marcadamente restritivo: são autorizados a funcionar somente os partidos Colorado e Blanco (Nacional), e a pequena União Cívica, dissidência à direita da Democracia Cristã. Todos os partidos que integravam a Frente Ampla, em 1971, se viram excluídos. Em novembro do mesmo ano, o governo convocou os convencionais para que eles elegeassem as direções partidárias.

São eleitos os "radicais", adversários do regime.

Com as "eleições internas", a ditadura prova o seu segundo revés. A crise neste momento é extremamente profunda. Ela coincide com o processar da reorganização sindical (formação de Comissões Provisórias), com as manifestações de novembro de 1981 e novembro de 1982.



Relatório Kissinger

Mais ouro e armas contra a guerrilha. Mas, eles se perguntam: isso adianta?

Foram cinco meses de estudos, mais de 400 entrevistas e algumas viagens. Finalmente, no último dia 10 de janeiro, a Comissão Nacional Bipartidária para a América Central entregou ao presidente Ronald Reagan as suas recomendações sobre como os EUA devem agir na região.

Essas recomendações podem ser resumidas em dois itens: dinheiro e armas, embora haja muita controversia a respeito da maneira de se implementar essa "ajuda".

Na verdade, a América Central é um tema que divide a opinião pública norte-americana. Essa Comissão, presidida por Henry Kissinger, foi mais uma jogada política para dar "respeitabilidade" às atitudes de Reagan na região. Foi, também, uma tentativa de se enquadrar a guerra de lá no quadro mais geral do conflito leste-oeste. A velha história da "mão-vermelha".

No caso da Nicarágua, que já avançou demais no caminho da influência soviética (segundo o documento), o país deve aceitar as regras do jogo para uma convivência pacífica com seus vizinhos e convocar eleições livres. Só assim, poderá voltar a merecer a confiança da Casa Branca. Esse tipo de raciocínio não conseguiu sensibilizar nem o mais conservador dos congressistas americanos. Conseguiu isso sim, provocar uma onda de protestos, dentro e fora dos EUA, contra o militarismo embutido nas conclusões. Para o chamado "grupo de Contadora", formado por Venezuela, Colômbia, México e Panamá, que tenta mediar uma saída política para o conflito, o Relatório Kissinger praticamente anula todos os esforços até agora feitos e dá muito mais força para a ampliação da intervenção militar norte-americana. Mesmo entre os congressistas, a hipótese de ajudar oligarquias que mantêm "esquadrões da morte" e praticam a corrupção descaradamente causa mal-estar, para dizer o mínimo.

Conferência de Desarmamento Cobras e lagartos

No dia 18 de janeiro, o chanceler soviético, Andrei Gromiko, e o secretário de Estado norte-americano, George Shultz, encontraram-se em Estocolmo, Suécia onde se desenrola a Conferência do Desarmamento na Europa. (CDE).

Da parte de Andrei Gromiko vieram cobras e lagartos e o já sabido: a União Soviética não volta às negociações de Genebra (armas intermediárias e estratégicas) nem à de Viena (redução de forças convencionais na Europa), enquanto Washington não retirar os Cruises e Pershings instalados na Europa Ocidental. Da parte de Schultz, uma declaração amena e aparentemente conciliadora, calculada para mostrar a administração Reagan como amante da paz e do diálogo.

Acompanhar os sucessivos lances dessas conversações, bilaterais ou multilaterais, faz-nos lembrar a estória do padre Lisboa excomulgado pelo Papa. Ao receber a carta de excomunhão, o padre tomou da garrucha e disparou um tiro em direção ao Vaticano. Com tal ato, pretendia simbolizar que a carta de

Sem margem de manobra

Reagan queria um documento que criasse um consenso quanto à sua política para a região. Conseguiu dividir ainda mais as opiniões. Principalmente em relação a um pedido de Cr\$ 24 bilhões para assistência econômica aos países centro-americanos. A reação do senador Patrick Moynihan, por exemplo, reflete bem a quantas anda o prestígio das classes dirigentes desses aliados norte-americanos: "Estamos cortando benefícios sociais do nosso povo para equilibrarmos as contas. Por que deveríamos jogar fora Cr\$ 24 bilhões? Esse dinheiro, tenho certeza, jamais seria utilizado ao fim que se destina".

Lane Kirkland, presidente da poderosa central sindical AFL-CIO, fez parte dessa Comissão e foi quem mais brigou por essa ajuda. Mas, queria que o dinheiro fosse liberado "condicionalmente". Isto é, desde que os países beneficiários demonstrassem progressos no respeito aos direitos humanos e vontade de seguir as regras do jogo democrático. Kissinger manifestou-se contra essa cláusula de condicionalidade, mas teve de voltar atrás. Afinal, a capa de Newsweek, de 16/1, trata, justamente, dos Esquadrões da Morte em El Salvador.

De qualquer forma, o Relatório admite a inutilidade dos regimes autoritários, a terrível miséria do povo, a necessidade de reformas sociais. Chega, mesmo, a não recomendar o apoio a representantes demasiadamente comprometidos com o "status quo". Talvez seja um progresso, talvez seja uma forma de tentar encontrar novos interlocutores. Em todo caso, essa segunda hipótese é bem mais difícil de ocorrer. Pois, na América Central, não há mais meio-termo. Toda a burguesia, de um jeito ou de outro, está comprometida com as Forças Armadas e com o capital financeiro internacional. Isto é, está sem margem de manobra para negociar com os guerrilheiros e os partidos de esquerda, onde eles têm expressão (como em El Salvador).

excomunhão e o tiro se equivaliam. Que ambos eram nulos.

Assim são as conversações sobre desarmamento e segurança. Nada resolveram.

A lógica própria

No caso dos EUA, a corrida armamentista, de um lado, deve-se à estratégia de, com superarmamentos, ter condições mais eficientes de interferir nos processos revolucionários em curso e um maior poder de barganha em relação à URSS. De outro, ela tem uma lógica própria. A indústria de armas é um grande negócio em um período de crise do capitalismo. As empresas ligadas ao setor realizam lucros exorbitantes, sendo o Estado o comprador. Quando a burocracia do Kremlin, ela aposta no impasse e se arma.

Apesar de todas as conferências, os EUA continuarão a preencher o cenário europeu-ocidental com mísseis e mais mísseis. E a URSS a instalar os SS20 e outros mais, como o vem fazendo, na Alemanha Oriental e na Tchecoslováquia.

As mulheres e as diretas

As mulheres querem eleições diretas como mais um passo no caminho da sua libertação.

Por Marília Carvalho

A ditadura militar e todo o aparato que ela montou desde 64 sempre foram machistas. A família e a religião — aliados inseparáveis da opressão das mulheres — estiveram presentes desde as "marchas" de 64 até a propaganda massiva da ditadura nos anos do milagre. Mesmo hoje, em tempos de "abertura", pode-se ver pelas ruas pérolas como o cartaz sobre alistamento militar para 1984, onde uma mãe de olhos azuis afirma: "Meu filho já se alistou. E o seu?". No canto esquerdo, as primeiras letras das palavras "Marinha", "Aeronáutica" e "Exército" formam a palavra "mãe"...

Recentemente, o autoritarismo se faz sentir na censura ao programa de Marta Suplicy, sobre sexualidade, na TV-Mulher (rede Globo), ou no processo aberto contra a candidata e vereadora em 82, pelo PT paulista, Katerina Koltai, por defender, entre outras coisas, a legalização do aborto. Ou nas constantes repressões aos homossexuais e às prostitutas.

Nenhum legislador da ditadura se preocupou em modificar a legislação em favor das mulheres, seja ao nível do Código Civil (cujo anteprojeto, em discussão no Congresso, só incorporou a igualdade de direitos dentro do casal graças à luta das feministas), da legislação trabalhista, da qualificação do estupro ou da proibição do aborto. Pelo contrário, foi nesse período que se consolidou a utilização do recurso de "defesa da honra" para justificar assassinatos de mulheres.

Nós e a democracia

Além disso, todas as decisões, mesmo aquelas que dizem respeito à nossa "vida íntima", são tomadas sem nenhuma participação popular. O melhor exemplo são as políticas de controle da natalidade. Num primeiro momento, a ditadura optou pela omissão, deixando nas mãos de entidades privadas, como a Benfam (Sociedade Civil para o Bem-estar da Família no Brasil, criada em 1965) a tarefa de promover uma política de controle da natalidade.



Mais tarde, a questão reapareceu, escondida dentro de planos oficiais de saúde, como o Prev-Saúde e o Pró-Família (em São Paulo). Agora, as mulheres estão diante de um plano já estruturado e decidido, que deverá ser posto em prática a partir de maio, começando pelos nove estados do nordeste. A orientação, os métodos a serem utilizados, os recursos financeiros, a forma de implantação, tudo já foi decidido nos corredores do Ministério da Saúde.

É por tudo isso que nós, mulheres, somos contra a ditadura. É por tudo isso que reconhecemos nas eleições diretas para presidente da República um passo — ainda que muito pequeno — em direção a nossa libertação. É claro que queremos muito mais: desde o compromisso do presidente eleito com todas as nossas reivindicações, até a modificação global de toda a legislação e a democratização de todas as decisões, o que só é possível

através da Assembléia Constituinte. E mais, sabemos que, sem uma transformação total na estrutura econômica da nossa sociedade, não será possível a nossa libertação do papel de donas-de-casa e educadoras de crianças.

Um novo conteúdo

Foi nas brechas abertas pela crise política ao longo da década de setenta, que se organizaram os primeiros movimentos de mulheres: o Movimento Feminino pela Anistia e o Movimento contra a Carestia. Estes não eram movimentos feministas, isto é, não lutavam contra a opressão das mulheres. Ao contrário, foram obrigados a utilizar a imagem tradicional das mulheres como "mães e esposas" de presos políticos, ou como "dedicadas donas-de-casa" — para enfrentar a forte repressão policial e ideológica, que tentava impedir todos os movimentos sociais.

Nos dez anos que se passaram, a crise se

que são, e compõem um setor importante do movimento de mulheres, capaz de se identificar com uma perspectiva revolucionária.

Mas são as mulheres proletárias que sofrem mais intensamente a sua condição de opressão. Quando trabalham fora, elas são exploradas enquanto mulheres e enquanto trabalhadoras. Entre todas as proletárias — donas de casa, trabalhadoras em serviços, operárias — são as operárias que têm o potencial histórico para dirigir as lutas das mulheres numa dinâmica anti-capitalista, revolucionária. Elas sintetizam na sua vivência cotidiana a ligação da opressão de sexo e da exploração de classe.

Um movimento de todas as mulheres

A única garantia de que a luta das mulheres será vitoriosa é a predominância de uma política proletária no seu interior. Mas isso não significa que o movimento de mulheres deve se compor exclusivamente de mulheres proletárias. Pelo contrário, ele só pode constituir-se num movimento de massas se for aberto a todas as mulheres dispostas a lutar contra a sua opressão específica, independentemente da classe social a que pertencem e da ideologia que carregam. O movi-

mento de mulheres, portanto, é policlassista na sua composição social.

É exatamente ao se constituir como um movimento de massas — em oposição a um movimento de pequenos grupos — e ao radicalizar suas reivindicações, que o movimento de mulheres coloca em questão os fundamentos da dominação de classe da burguesia e alcança uma composição social proletária na sua maioria. Ele só pode radicalizar-se e avançar se encontra sua direção revolucionária. Se algumas mulheres, setores ou partidos da burguesia assumem em determinados momentos bandeiras da luta pela libertação das mulheres, a contradição é desses setores e não do movimento feminista.

A necessidade de uma política revolucionária

No entanto, a composição social do movimento, o lugar que as mulheres ocupam na sociedade de classes e o peso da ideologia que sustenta a sua situação inferior facilitam a penetração de ideologias reacionárias e de orientações políticas burguesas no meio das mulheres. Elas são uma das bases favoritas de todas as organizações clericais, reacionárias e fascistas. O apoio ao golpe do general Pinochet, no Chile, as "marchadeiras" de 1964, no Brasil

aprofundou, a repressão já não é tão violenta e o movimento feminista eclodiu. Hoje, podemos dizer em claro e bom som que não queremos eleições diretas apenas por causa do futuro dos nossos filhos. Aliás, muitas mulheres não têm e não querem ter filhos...

Queremos o fim da ditadura porque ela é a guardiã maior de toda a exploração e opressão que se abate sobre os trabalhadores há vinte anos.

Mas queremos eleições diretas também para conquistar o controle sobre nossos próprios corpos, através de um projeto de planejamento da maternidade com controle popular; através da legalização do aborto. Queremos opinar sobre toda a legislação que nos atinge diretamente, na família, no trabalho etc. Queremos uma política de gastos públicos que priorize as creches e escolas, o atendimento à saúde, e que possibilite a criação de refeitórios e lavanderias públicas.

Não queremos apenas nos juntar ao grande cordão pelas diretas. Queremos que a nossa presença modifique a cor desta luta, acrescentando a ela as reivindicações contra a opressão das mulheres. Queremos que todos os que lutam contra a ditadura estejam lutando, ao mesmo tempo, pela libertação de todas as mulheres.

Do Sertão do Caicó

Recebemos de Caicó, no Rio Grande do Norte, o planejamento do programa de rádio "Mulher Sertão", levado ao ar através da Emissora de Educação Rural de Caicó. Domingo sim, domingo não, elas falam durante uma hora sobre a mulher, seu papel, seus direitos e deveres, sua participação política. Toda força às companheiras de Caicó.

O QUE É FEMINISMO 7

Um movimento de todas as mulheres

Pelo papel e função que cumprem no interior do sistema capitalista, as mulheres em seu conjunto, possuem uma relação definida com este modo de produção, que é diferente da relação dos homens com este mesmo sistema. Toda as mulheres, da operária à burguesa, são oprimidas enquanto sexo.

No entanto, os efeitos e a intensidade desta opressão são diferentes para as mulheres em função de sua classe social. As burguesas, mesmo sofrendo toda a discriminação sexual e todas as imposições de sua condição de sexo oprimido, desfrutam das regalias de sua classe, contratando empregadas domésticas para realizarem suas tarefas de casa. Aquelas mulheres burguesas, que se envolvem na luta contra a sua opressão de sexo, acabam sendo obrigadas a uma opção individual: ou levam às últimas consequências a

sua luta feminista ou mantêm a fidelidade a sua classe, pois o fim da opressão das mulheres só é possível com o fim da sociedade de classes.

As mulheres dos setores médios, se muitas vezes podem pagar também uma empregada doméstica, sofrem com grande agudeza uma contradição: geralmente possuem as possibilidades materiais para sua libertação, como a formação universitária e a possibilidade de independência econômica, o acesso a métodos anticoncepcionais, aos aparelhos eletrodomésticos, mas continuam obrigadas a cumprir seu papel tradicional de mães e esposas submissas. Essa contradição é a base material de uma radicalização mais aberta nos setores médios contra a moral burguesa e o papel social das mulheres. As trabalhadoras dos setores médios têm contradições com o capital, como assalariadas

e as recentes mobilizações da Igreja contra a legalização do aborto em várias cidades brasileiras, são apenas alguns exemplos.

Isso faz com que a luta contra a opressão das mulheres se coloque como um problema decisivo para o movimento operário, principalmente nos momentos em que aumenta a polarização entre as classes. Se o movimento operário não assume como sua a luta contra a opressão das mulheres e não apresenta uma proposta clara para a direção de seu movimento, a burguesia e seus aliados ocupam esse espaço e se utilizam das mulheres.

As mudanças no papel econômico e social das mulheres, a nova radicalização do seu movimento, junto com as mudanças de consciência e de atitude que produziram em todo o mundo, nos últimos anos, fazem mais difícil que prevaleça uma política reacionária entre as mulheres. Esta é uma nova fonte de otimismo e de esperança para a classe operária, que ao mesmo tempo aumenta as possibilidades de um trabalho revolucionário junto às mulheres e reforça a necessidade de uma direção proletária no interior do seu movimento.

Na próxima edição, discutiremos o problema da autonomia do movimento de mulheres e da necessidade de organizações exclusivamente femininas.

QUANDO A LUTA PELA

Pela primeira vez no Brasil, divulgamos documentos onde a direção das FPL de El Salvador faz um balanço do doloroso assassinato da Comandante Ana Maria, e Fidel Castro da luta fratricida no New Jewel Movement de Granada, que conduziu ao assassinato de Maurice Bishop e à invasão da ilha pelas tropas do imperialismo americano.

Por João Machado

Durante o ano de 83, dois acontecimentos envolveram a revolução centro-americana, criando confusão e facilitando a campanha imperialista contra os povos da região. O primeiro, em El Salvador: o brutal assassinato da comandante Ana Maria, das FPL, e o suicídio pouco posterior do principal dirigente desta organização, Salvador Cayetano Carpio, o Comandante Marcial. O segundo acontecimento foi a luta interna no partido dirigente da revolução de Granada (New Jewel), que culminou com o assassinato de seu principal dirigente, Maurice Bishop, e a subsequente invasão da ilha por tropas americanas.

As informações que circularam na época foram muito contraditórias. Hoje, contudo, sabemos razoavelmente o que se passou em cada um dos casos.

Um recente documento das FPL, publicado no **Barricada** sandinista e no **Gramma** cubano (e portanto avaliado pela FSLN e pelo PC cubano), aponta Cayetano Carpio como organizador do assassinato da comandante Ana Maria, numa tentativa de reverter a posição minoritária em que foi progressivamente colocado no interior da direção das FPL. Por outro lado, depoimentos de dirigentes do New Jewel Movement e de Fidel Castro também revelam o que se passou em Granada: desde 1982 que um grupo de oposição a Bishop se articulou no interior do partido e do Exército em Granada, em torno de Bernard Coard. Em setembro de 83, Coard e seu grupo conseguiram o apoio da maioria do Comitê Central, e definiram uma direção conjunta Bishop-Coard em Granada. Bishop inicialmente aceitou com reservas, e depois (quando voltou em outubro de uma viagem ao exterior) recusou. No dia 12 de outubro foi colocado em prisão domiciliar; no dia 19, após ter sido libertado pela multidão

que cercou sua casa, foi assassinado por tropas do Exército, junto com outros cinco dirigentes revolucionários. O Exército chegou a atirar na multidão.

Coard, que se apresentava como "mais marxista", foi citado pela imprensa pró-imperialista como sendo "homem dos cubanos". Castro desmentiu isto, não apenas afirmando sua total confiança em Bishop, como chamando o grupo de Coard de "hienas", de "grupo polpotista" (Pol Pot era o dirigente do regime Khmer Vermelho no Camboja, e hoje está aliado com o imperialismo).

A luta interna ao "New Jewel" teve uma consequência imediata e terrível: facilitou a invasão imperialista de Granada. Já a luta de Carpio contra a direção das FPL não impediu que o movimento revolucionário em El Salvador continue se fortalecendo.

O esclarecimento dos acontecimentos de Granada e de El Salvador é importante para contrarrestar a campanha de calúnias do imperialismo. Mas a reflexão sobre eles é fundamental também para que possamos aprender alguma coisa com os fatos tão terríveis.

A primeira lição a ser tirada, é claro, é que disputas fratricidas entre os revolucio-

nários só interessam ao inimigo. A segunda, é a importância do desenvolvimento de formas de democracia operária, de explicitação e debate de posições minoritárias, de intervenção das massas organizadas nas decisões.

Em Granada, Coard (desenvolvendo uma linha "esquerdista") conseguiu a maioria na direção do partido. Bishop continuava a ter a confiança das massas, que o reconheciam como principal dirigente da revolução. Mas as massas não tinham uma forma de controle do partido (como os soviets na revolução russa), de modo que a luta pode mais facilmente se tornar tensa e chegar ao enfrentamento armado.

Era inevitável que houvesse divergências entre os revolucionários, em Granada, sobre um sem número de questões muito difíceis: o ritmo de expropriação da burguesia, as formas de organização do Estado, as formas de organização da economia etc. A situação econômica de uma pequena ilha dependente do imperialismo e submetida ao seu boicote torna todos os problemas mais difíceis. Daí a necessidade mais urgente de encontrar as formas de fazer estes debates, que são inteiramente legítimos.

Já em El Salvador o que se passou com Carpio surpreende e é doloroso. Como um velho militante revolucionário, principal dirigente até então da revolução salvadorenha, pôde chegar ao extremo de tentar resolver divergências políticas pela via do assassinato, pôde encerrar sua vida de forma tão lastimável!

Há uma explicação, que é a militarização total da atividade revolucionária em El Salvador. Há uma outra, que é a conhecida observação de Brecht no seu belíssimo poema, "Aos que vão nascer": "Também o ódio ao vil deforma os traços; também o furor contra o mal deixa a voz rouquenha".

Democracia operária

Mas a melhor explicação, sem dúvida, é a formação stalinista de Carpio, que ele só abandonou parcialmente quando rompeu com o PC para fundar as FPL. O stalinismo usou e abusou dos métodos de assassinatos e calúnias de toda espécie, justificou-os mesmo. A atitude de Carpio pode ser vista, assim, como uma ruptura com seu passado imediato de dirigente revolucionário salvadorenho, mas de retomada com seu passado distante de stalinista. Uma educação no respeito à democracia operária, no respeito às posições divergentes de companheiros, poderia não ser um antídoto perfeito para degenerações como a de Carpio, mas seguramente tornaria muito mais difícil a sua ocorrência.

O crescimento da agressão imperialista na América Central nos leva a aprofundar o apoio às suas revoluções, a solidariedade a seus povos. E a clara compreensão de por que foram possíveis os lamentáveis acontecimentos, as atitudes de Coard e Carpio, e do que devemos aprender com os seus erros, fortalece nossa confiança no futuro da revolução.



Bishop e Ana Maria: assassinados por seus camaradas. Já Brecht dizia: também o ódio ao vil deforma os traços.

"Infelizmente, os próprios revolucionários de Granada desencadearam os acontecimentos que abriram as portas para a agressão imperialista"

Granada foi uma das menores nações independentes do mundo, tanto em tamanho quanto em população. E, embora Cuba seja uma nação pequena e subdesenvolvida, ela pode ajudar Granada consideravelmente, porque nossos esforços — que eram modestos em quantidade mas de alta qualidade — fizeram muito para um país de apenas 400 quilômetros quadrados, com apenas cem mil habitantes. (...)

Nosso povo foi fundo na amizade com Bishop e Granada, e nosso respeito por aquele país e sua soberania foi irrepreensível, tanto que nós nunca ousamos expressar nossa opinião sobre o que deveria ser feito, nem como deveria ser feito. (...)

Em Granada, nós seguimos o mesmo princípio que nós aplicamos para todas nações e movimentos revolucionários, total respeito por sua política, critérios e decisões, expressando as nossas opiniões somente quando perguntados. O imperialismo é incapaz de entender que o segredo de nossas excelentes relações com as nações e movimentos revolucionários do mundo reside exatamente nisso. (...)

Bishop não era um extremista. Entretanto, ele era um verdadeiro revolucionário — consciente e honesto. Longe de discordar com sua inteligência e realista política, nós simpatizamos muito com ela, uma vez que era rigorosamente adaptada para as condições específicas de seu país.

Publicamos partes do discurso de Fidel Castro, feito em Havana no dia 14 de novembro de 1983.

Porta aberta para o imperialismo

Infelizmente, os próprios revolucionários de Granada desencadearam os eventos que abriram as portas ao imperialismo. Hienas emergiram dos quadros revolucionários. Hoje, muitos dizem que foi o próprio imperialismo que provocou as divisões internas e a confrontação.

Mas os créditos disso não podem ser dados exclusivamente à CIA: ela só poderia agir num meio favorável. O fato é que, argumentos alegadamente revolucionários foram usados, invocando os princípios do marxismo-leninismo, acusando Bishop de praticar o culto da personalidade e de desviar-se das normas e métodos leninistas de liderança. Nós achamos que nada pode ser mais absurdo do que atribuir tais tendências a Bishop. É impossível imaginar alguém mais nobre, modesto e desprezado. Ele jamais pode ser acusado de ter sido autoritário. Se alguma coisa pode ser dita, é que ele tinha crença e tolerância exageradas.

Nossas relações com o novo governo

Nossas relações com o fugaz governo de Austin, do qual Coard era o verdadeiro mentor, foram sempre frias e tensas, tanto que, no momento da criminoso agressão dos

ianques, nenhuma coordenação pode ser possível entre o pessoal cubano de cooperação e o Exército. Os pontos básicos das mensagens mandadas para nossa embaixada em Granada desde 12 até o dia 25 de Outubro, quando Granada foi

Nossas relações com o fugaz governo de Austin, do qual Coard era o verdadeiro mentor, foram sempre frias e tensas, tanto que, no momento da criminoso agressão dos ianques, nenhuma coordenação pode ser possível entre o pessoal cubano de cooperação e o Exército. Os pontos básicos das mensagens mandadas para nossa embaixada em Granada desde 12 até o dia 25 de Outubro, quando Granada foi invadida, tornaram-se públicos. Esses documentos entrarão na história como uma prova irrefutável da nossa posição em relação à Granada.

O imperialismo, entretanto, apresentou os eventos como a subida ao poder de um grupo de comunistas linha-dura, aliados leais de Cuba. Eles eram realmente comunistas? Eles eram realmente linha-dura? Eles poderiam ser aliados leais de Cuba? Ou, antes disso, foram instrumentos conscientes ou não do imperialismo?

Em Cuba, desde o começo da crise de Granada, nós chamamos o grupo de Coard de "grupo polpotista".

Uma situação difícil, complexa

O que colocou Cuba numa situação difícil, moralmente complexa, foi o anúncio de que as forças navais ianques estavam a caminho de Granada. Nessas circunstâncias, nós não podíamos deixar o país. Se os imperialistas realmente iriam atacar o país, era nosso dever permanecer ali. A retirada naquele momento teria sido desonrosa e poderia ter desencadeado num gancho para o ataque a Cuba. Além disso, os eventos imprevisíveis adquiriram uma velocidade tão rápida, que mesmo uma evacuação planejada não teria sido possível. (...)

Para justificar a invasão, o governo americano e seus porta-vozes construíram 19 mentiras. Reagan pessoalmente falou as primeiras:

1. Cuba foi responsável pelo golpe de estado e a morte de Bishop.
2. Os estudantes americanos estavam em perigo e foram tomados como reféns.
3. O principal propósito da invasão era proteger as vidas de cidadãos americanos

Métodos de Hitler

Nenhuma dessas acusações pode ser provada, nenhuma era verdade e todas podem ser refutadas pelos fatos. O cínico caminho da mentira usou para justificar a invasão de um país pequeno remonta aos métodos usados por Hitler nos anos da Segunda Guerra Mundial. (...)

REVOLUÇÃO CEGA E DEFORMA

“Cayetano Carpio, cego por ambições políticas e um fanático auto-engrandecimento, ordenou e planejou o assassinato de Ana Maria”.

(...) Salvador Cayetano Carpio, que era nosso dirigente e comandante-em-chefe das Forças Populares de Libertação (FPL), entrou nos anos recentes em um processo de decomposição ideológica e política. (...)

Entre estes desvios estavam os seguintes:

1 — Marcial desenvolveu uma exagerada estima de si mesmo. Começou a se considerar o mais consistente e puro revolucionário do nosso país e de toda a região, como o único genuíno porta-voz do proletariado e do povo salvadorenho. (...)

2 — Como consequência desta exagerada auto-estima, Marcial tornou-se vítima de um sério atraso político e tornou-se incapaz de pensar e agir no nível requerido pelas questões históricas colocadas para o desenvolvimento da revolução. Marcial se apegou a esquemas e planos dogmáticos e sectários. Isto, junto com sua obstinação de prevalecer a qualquer custo, tornou-se um obstáculo para o progresso das FPL-Farabundo Marti e exerceu uma influência negativa no processo de unificação das forças revolucionárias no seu conjunto e, portanto, dificultando o processo de libertação do povo.

Entretanto, uma experiência viva de luta, conseguida com o sacrifício da vida de milhares de companheiros, e a assimilação dos ensinamentos revolucionários de outros povos, permitiram à nossa organização como um conjunto — direção e bases — avançar no caminho da luta de nosso povo. (...)

3 — Os desvios de Marcial se aprofundaram com o desenvolvimento da guerra popular e com o desenvolvimento da necessária luta

Extratos da resolução das Forças Populares de Libertação Farabundo Marti (FPL) sobre o assassinato da Comandante Ana Maria, divulgada a 9 de dezembro.

ideológica interna para dar conta destes avanços. Sustentando teimosamente suas opiniões e demonstrando as características negativas de sua personalidade, Carpio usou sua posição de dirigente máximo das FPL para fazer seu ponto de vista prevalecer. (...) O alvo desta conduta de Carpio era diretamente a companheira Comandante Ana Maria, Mérida Anaya Montes, segunda comandante da FPL, que ele via como uma rival. (...) Marcial cada vez mais se distanciava da dinâmica de pensamento coletivo da nossa organização e instâncias de direção, que nunca o apoiaram na sua atitude contra Ana Maria. (...)

5 — Em janeiro e fevereiro de 1983, o Comitê Político das FPL, e depois o Comando Central, se reuniram para preparar o Sétimo Conselho Revolucionário, a mais alta instância de nosso partido. No Comando Central, todos os seus membros, com exceção de Marcial e Marcelo (Rogelio Bazaglia) aprovaram resoluções e medidas que permitiram a aplicação de nossa linha estratégica geral às novas condições (...). Salvador Cayetano Carpio, como membro e dirigente máximo destes organismos, teve a mais ampla oportunidade de argumentar defendendo seus pontos de vista, mas não o fez franca e abertamente diante da direção

coletiva. Nunca teve a coragem proletária de apresentar estas idéias diante dos organismos dirigentes. Pelo contrário, usou métodos que eram incorretos e mereciam condenação (...). Contra Ana Maria lançou acusações denigrando-a, em contradição com as mais elementares normas da ética revolucionária, acusações que terminaram por apenas degradá-lo a ele mesmo moralmente. (...)

7 — Salvador Cayetano Carpio perdeu toda perspectiva e respeito pelas FPL, uma organização que ganhou a confiança de nosso povo. Cego por ambições políticas e um fanático auto-engrandecimento, ordenou e planejou, junto com Marcelo, o assassinato de Ana Maria, spindo-se de suas qualidades de revolucionário e líder do nosso povo. (...)

Descoberto em seu crime, Marcial optou, num ato final de covardia política, pelo suicídio, tentando fugir de sua responsabilidade e salvar sua reputação, já manchada pela infâmia que ele tinha lançado sobre si. Preferiu morrer teimosamente mantendo seu egocentrismo e auto-veneração.

Antes de cometer suicídio, Marcial ajuntou uma nova infâmia para sua já incorrigível covardia política. Escreveu muitas cartas, uma delas para o Comando Central, nas quais apresentava os acontecimentos como conspiração por falsos revolucionários contra ele e o

que ele chamou sua inatacável carreira como um genuíno revolucionário. (...)

Mas seu assassinato de Ana Maria está total e absolutamente provado. (...) Estes eventos, deformações e desvios não têm precedente na vida das FPL. Entretanto, como resultado da confusão, ressentimento, oportunismo e do culto fanático da personalidade em torno de Marcial, alguns ex-companheiros foram tomados de surpresa e chegaram ao extremo de se separar do partido. (...)

Para concluir, o Comitê Central das FPL-Farabundo Marti afirma diante do povo de El Salvador e do mundo:

(...)
2 — Que condenamos o brutal assassinato de nossa companheira Ana Maria, segunda comandante de nossa organização, e declaramos responsáveis por este crime Salvador Cayetano Carpio (Marcial), Rogelio Bazaglia (Marcelo), e os outros participantes. Do mesmo modo, condenamos o covarde suicídio de Carpio.

3 — Que a perda irreparável de nossa inesquecível companheira Mérida Anaya Montes, campeã e baluarte do desejo de unidade do nosso povo, fortaleceu a moral combatente de nossa organização, a decisão de fortalecer a unidade no interior da FMLN, e a decisão de lutar incansavelmente.

Ela aprofundou nosso amor pelo povo e nossa determinação de vencer. Aprofundou nosso desejo de sermos livres e de levar a revolução contra o imperialismo e exploração para uma conclusão vitoriosa. (...)

Revolução ou morte, venceremos!

Os centristas antes de 1939

Para compreendermos a história dos partidos operários, é necessário levarmos em conta também as organizações que se colocaram à margem das grandes correntes internacionais, tentando ocupar uma posição intermediária.

Na história dos partidos operários é necessário dar um lugar às organizações que se colocaram fora das maiores correntes internacionais; em alguns períodos históricos, tiveram uma importância considerável. Oscilando em geral entre as grandes correntes históricas do movimento operário, entre posições marxistas e reformistas, estas organizações podem ser chamadas de “centristas”.

Um primeiro período onde os centristas tiveram importância foi após o início da I Guerra Mundial e a degeneração da II Internacional. Vários setores do movimento operário deixaram a II Internacional sem se decidirem a trilhar o caminho da III Internacional e do comunismo; durante um pequeno período, chegaram a ter uma coordenação internacional que ficou conhecida com o nome de “Internacional II e meio”.

A “Internacional II e meio” teve um partido muito importante: o “Partido Social-democrata independente da Alemanha”. Foi fundado em 1917, agrupando os setores de centro e de esquerda da social-democracia alemã, de Bernstein e Kautsky até Rosa Luxemburgo. Quando a esquerda formou, em 1919, o PC Alemão, os “independentes” ficaram com a feição de um típico partido centrista. Fortemente implantado no proletariado industrial, o USPD (sigla em alemão) chegou a ter, em 1920, um milhão de membros.

Contudo, ele deveria desaparecer muito rapidamente. Sua ala direita era polarizada pelos social-democratas, dos quais fazia na realidade a política; e sua ala esquerda era polarizada pelos comunistas (não pela força do PC alemão, mas da III Internacional e pelo prestígio da revolução russa). Assim, em fins de 1920, a maioria do USPD se decidiu pela entrada na III Internacional, e consequentemente pela fusão com o PC, que foi realizada em dezembro, dando origem ao Partido Comunista Unificado. A minoria do USPD permaneceu como um partido independente

por mais algum tempo, até que em 1922 reingressou na social-democracia oficial. (Como sempre acontece nestes processos, na luta entre a esquerda e a direita do USPD durante o ano de 1920, boa parte da militância do partido se perdeu, não indo nem para o comunismo, nem para a social-democracia).

O Bureau de Londres

Um segundo período onde o “centrismo” teve muito peso foi durante a década de 1930. A crise econômica, social e política levava à radicalização de muitos setores do movimento, que rompiam com a social-democracia. Por outro lado, o processo de degeneração da III Internacional jogava também muita gente para fora das suas fileiras. Assim, formaram-se nestes anos várias organizações à esquerda da social-democracia e do stalinismo, na sua maioria muito pequenas, mas tendo também algumas com algum peso. Uma parte destas organizações se integrou à Oposição de Esquerda e depois à IV Internacional; outra preferiu outro caminho, fundando, em 1932, a “Comunidade Internacional do Trabalho”, que depois adotaria o nome de “Bureau Internacional pela Unidade Socialista Revolucionária”, o nome que pegou, contudo, foi simplesmente o de “Bureau de Londres”.

Este agrupamento teve como principais organizações o SAP alemão (originalmente uma cisão da social-democracia, depois integrada por um grupo de comunistas que lhe ganhou a direção; em meados da década tinha posições bastante à esquerda, chegando a defender a criação da IV Internacional); o ILP inglês (um dos setores que constituíam o Partido Trabalhista, e que se separou dele pela esquerda); o POUM espanhol (que reuniu na sua fundação a antiga Oposição de Esquerda espanhola com outros setores); um setor do PC sueco, com seu antigo dirigente, Kilbom, à frente; e durante um curto período, o DNA norueguês (este era um partido de massa, que



logo chegaria ao governo; ao fazê-lo, retomou sua identidade social-democrata).

O “Bureau de Londres” não chegou a ter nunca um programa, limitando-se a elaborar alguns documentos conjunturais em reuniões internacionais. Não teve tampouco uma organização internacional, mas apenas um Bureau de “coordenação”, que na realidade não coordenava nada. O que o distinguia era por um lado uma posição crítica às duas grandes Internacionais (II e III), e a recusa em participar imediatamente de um processo para a formação de uma nova Internacional.

Projeto fracassado

Da III Internacional, as organizações do Bureau de Londres criticavam sobretudo o regime de partido e as posições sectárias adotadas até 1935, como a recusa da frente única com a social-democracia, a teoria de que o fascismo e a social-democracia eram gêmeos, etc.

A recusa em participar da formação de uma nova Internacional se dava sobretudo pela avaliação de que a época não era favorável, não havendo um grande ascenso revolucionário; e pelo argumento de que a exata delimitação de uma organização internacional, elaborando um programa preciso, seria estreita, dificultando o contacto com outras forças. Para manter todos os setores que participavam dele, o Bureau de Londres não podia definir posições claras. Assim, enquanto o SAP se orientava para apoiar a política de “frente popular”, ao lado do POUM (que o fazia com reservas), o ILP a condenava radicalmente, chegando a se recusar a apoiar candidatos trabalhistas (operários) contra candidatos burgueses. Algumas das organizações do Bureau faziam uma crítica dura da burocracia da URSS, outros não faziam nenhuma crítica.

O projeto de um “agrupamento amplo”, consubstanciado no Bureau de Londres, fracassou. Antes da guerra de 39, não teve nenhum desenvolvimento significativo. Depois da guerra, desapareceu como agrupamento internacional, do mesmo modo que as suas organizações, mesmo as que tinham chegado a reunir milhares de militantes (como a SAP, o ILP, o POUM). O “centrismo” que se desenvolveria depois, nos anos 60, seria fruto de outras origens.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Hélder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Ponto, Regis Moraes, Sergio Moura, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. - R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP 05414 - Fone: 952-8880 - CGC 46.093.549-0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. Guajajaras, 329 - Sala 12 - CEP: 30000; **Porto Alegre:** Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20 - CEP 90000; **Rio de Janeiro:** R. Senador Dantas, 117 - sala 1414 - CEP 20031; **Vitória:** Caixa Postal, 1427 - CEP 29000; **Natal:** Caixa Postal, 1550 - CEP 59072.

Rio Grande do Sul A greve da Caldas Júnior

Aqui a história de uma das mais longas greves gaúchas e que continua a ser o centro das atenções em Porto Alegre. Uma greve que coloca lado a lado motoristas, jornalistas e gráficos, juntos até a vitória.

Por Margaret Dorneles

Paralisados desde o dia 12 de dezembro em uma das mais longas greves da história do Rio Grande do Sul, os funcionários da Empresa Jornalística Caldas Júnior — proprietária dos jornais **Correio do Povo**, **Folha da Tarde**, **TV Guaíba** e **Rádio Guaíba AM e FM** — ainda não têm uma previsão para o término da greve. O movimento, por suas características, já tem como principal saldo político a união de três categorias: jornalistas, gráficos e motoristas. Todos empregados explorados pelo mesmo patrão, mas divididos em sindicatos diferentes.

A greve que atingiu os dois jornais, **Correio do Povo** e **Folha da Tarde**, foi o resultado de um processo de mobilização e negociação que durou o ano inteiro. A Caldas Júnior começou com atrasos nos salários em janeiro de 83, passando em maio, para o pagamento em forma de vales e culminou por acumular os salários de setembro e outubro sem pagar e, em seguida, os de outubro e novembro.

A partir de março, quando assumiu a nova diretoria eleita do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, o sindicato iniciou a negociação com a direção da empresa. Inicialmente, a reivindicação era o pagamento dos salários em dia, passando para o pedido de pelo menos uma previsão de data para os pagamentos e terminando com a reivindicação da manutenção dos empregos, já que nesse processo, a situação falimentar da empresa ficou claro para todos os trabalhadores.

De propriedade da família Caldas Júnior, a empresa que representa praticamente 40% do mercado de trabalho dos jornalistas no Estado é administrada pelo septuagenário Breno Caldas, único com o poder de decisão. Apesar de ser considerado um capitalista defasado por sua visão empresarial, Breno Caldas é um rico latifundiário, criador de cavalos de raça e proprietário da maior usina de álcool do Estado.

No período de negociação, os funcionários chegaram a propor a formação de uma comissão para apresentar propostas alternativas para os jornais, o que foi recusado. Mesmo assim, alguns jornalistas individualmente apresentaram suas propostas que foram arquivadas. Nas assembleias os representantes da empresa nunca apresentaram qualquer proposta para viabilizar os jornais e os trabalhadores decidiram procurar a intermediação do governo do Estado e de entidades de classe. Foi lançada uma carta aberta à população denunciando a situação de Caldas Júnior. Em agosto, os atrasos que ocorriam apenas nos dois jornais e na **TV Guaíba** atingiram também a **rádio Guaíba** — principal emissora do Estado.

Em assembleia Geral foi decidido que seria feita uma greve legal. Foram cumpridos os prazos e exigências da lei, mas a greve só saiu dia 12 de dezembro, realmente como última alternativa dos trabalhadores da tradicional empresa jornalística gaúcha. A adesão foi tão grande que, no dia seguinte à decretação da greve, não circulou a **Folha da Tarde** e o **Correio do Povo**, com apenas 18 páginas, trazia na capa uma nota sobre o movimento grevista.

A greve

Se a adesão dos jornalistas foi quase total, pararam a maioria dos gráficos e grande parte dos motoristas, por outro lado, continuam trabalhando os funcionários da administração. Isso se explica pela atuação dos sindicatos dentro da empresa. Enquanto a diretoria do sindicato dos jornalistas esteve sempre presente, trabalhando junto à base, o presidente do Sindicato da Administração Cláudio Gaiko, eleito o "pelego do ano", esteve também presente para forçar os membros do seu sindicato a trabalhar sem receber os salários. Líder dos fura-greve



Acampamento dos grevistas da Caldas Júnior em frente ao Palácio do Piratini

convictos foi o maior entrave para a discussão política na sua categoria.

Na **TV Guaíba**, onde a discussão e mobilização iniciou na metade do ano e onde ficou caracterizada a ausência da direção do Sindicato dos Radialistas, o departamento de jornalismo chegou a decidir-se pela greve, e os poucos que aderiram à greve continuam nela. Nesse processo todo foi fundamental a existência de uma comissão de negociação, eleita, composta por pessoas da redação, delegados sindicais e membros da diretoria do sindicato dos jornalistas.

Agora, a greve é até a vitória, o que significa que além do pagamento dos salários, depósito do Fundo de Garantia, previdência social, os grevistas querem a manutenção do mercado de trabalho. Nesses mais de 40 dias em greve, foi necessário montar uma infra-estrutura capaz de sustentar os grevistas, na sua maioria com água e luz por cortar, sem comida e dinheiro para o transporte e muitos com doença em casa sem poder comprar remédios.

Com o recesso da justiça do trabalho em dezembro e diante da perspectiva — naquela época — de uma solução apenas em janeiro, foram formadas diversas comissões: de alimentação, finanças, interior e divulgação. A Comissão de divulgação através de boletins diários já distribuiu hoje mais material impresso sobre a greve da Caldas Júnior — aproximadamente 500 mil folhas — do que foi distribuído em Porto Alegre sobre a greve geral de julho e setembro de 83.

A comissão de finanças distribui vales semanais no mesmo valor que os trabalhadores recebiam de Caldas Júnior e paga mais as contas de luz, água, remédios e todos os imprevistos necessários. A comissão de alimentação distribui ranchos semanais com os gêneros doados por cooperativas, supermercados, e entidades de classe; a comissão do interior está conseguindo organizar atos de

solidariedade aos grevistas nas cidades do interior.

Governo e justiça

Outro aspecto da greve é a questão jurídica que, se em determinados momentos serve para aglutinar, em outros corre o risco de fazer com que a credibilidade na Justiça do Trabalho ajude a diminuir a mobilização dos grevistas. Nesse período, o Tribunal Regional do Trabalho aceitou pelo menos três medidas judiciais favoráveis aos grevistas: o arresto dos bens da empresa — todo o dinheiro que entra através de anúncios é recolhido por um oficial de justiça para garantir o pagamento dos salários; o trancamento das contas da Caldas Júnior no valor de até 60 milhões em 2 bancos; e determinou que sejam dispensados todos os funcionários contratados para substituir os grevistas.

Por parte do governo, tanto estadual como federal, a resposta é a mesma: reconhecem o mérito da greve mas nada fazem para solucionar o problema. Recusaram a proposta dos grevistas de assumirem mesmo que temporariamente a administração da Empresa, através da execução das dívidas que chegam a milhões de dólares. Preferem apostar na falência da empresa, o que não serve para os trabalhadores.

Nesses mais de 40 dias de greve os trabalhadores estão aprendendo que as medidas judiciais são importantes mas não ganham uma greve e que o governo realmente sempre está do lado dos patrões. Se no início da greve havia a credibilidade de que a 10 de janeiro tudo seria resolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho, hoje os grevistas que já foram a massa mais atrasada da categoria dos jornalistas, gráficos e motoristas sabem que por mais justas que sejam suas reivindicações, os trabalhadores só as conquistarão com sua própria força. A greve continua até a vitória.

Congresso Nacional dos Professores Sem unificar as lutas

Reunindo hoje as entidades do magistério mais representativas da luta do professorado, a CPB afirma-se como entidade única da categoria à nível nacional. Seu Congresso, no entanto, não apresentou nenhuma perspectiva de unificação das lutas da categoria.

Por Lucy Ayala

Com cerca de três mil participantes realizou-se em Criciúma, cidade mineira do sul de Santa Catarina, o XVII Congresso Anual da CPB — Confederação dos Professores do Brasil. Com a afiliação da UTE — União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais; APENOPE — Associação dos Profissionais do Ensino Oficial de Pernambuco; e da Federação dos Professores do Pará, a CPB afirma-se hoje como única entidade nacional dos professores, reunindo não só entidades de todos os estados, como aquelas mais representativas das lutas da categoria. Esse fato, no entanto, ainda não é suficiente para fazer da CPB e do seu Congresso, um momento de real avanço na organização e luta do magistério a nível nacional.

Mesmo com a representatividade do Congresso não foi tomada nenhuma deliberação significativa quanto à organização e mobilização sindical específica da categoria. Apesar de 84 prometer ser um ano

de lutas para o magistério, pressionado por arrocho salarial mais violento que o de todas as demais categorias de trabalhadores, os professores saíram de Criciúma sem que nenhuma perspectiva de unificação de lutas fosse assumida.

Os temas centrais do Congresso foram as eleições da própria CPB, a definição da participação da Confederação na luta por eleições diretas para presidente da República e seu posicionamento frente ao processo de organização nacional dos trabalhadores.

Professores na luta pelas diretas

Uma passeata com mais de três mil professores, com faixas e cartazes dos mais variados pontos do país, inundaram as ruas de Criciúma. Sob uma chuva torrencial, os professores mostraram seu posicionamento pelas eleições diretas imediatas participando do comício unitário programado pelo Comitê pelas Diretas de Santa Catarina.

Além dessa atividade, o Congresso deliberou por um documento unificado a ser trabalhado junto às comunidades escolares no mês de abril, denunciando os vinte anos de ditadura militar e esclarecendo a população sobre a votação no Congresso da emenda constitucional que visa restabelecer as eleições diretas no país.

A unanimidade dos congressistas em torno da luta por eleições diretas para presidente não ocorreu quanto as eleições da própria CPB. Questionada judicialmente por uma das entidades afiliadas — a APP do Paraná — sob a alegação de irregularidades administrativas, as eleições foram anuladas, mesmo após terem sido referendadas pelo Congresso do ano passado. Mais uma vez o Congresso referendou a chapa presidida por Hermes Zanetti, refletindo um amplo acordo nos bastidores, que passou a distância da grande maioria dos delegados, mas que abriram caminho para o processo eleitoral real da entidade, a

ser concluído por eleições em Congresso em janeiro de 85.

Unificação do Movimento Sindical

Mas, sem sombra de dúvida, os momentos mais politizados do Congresso ficaram por conta do debate sobre a organização dos trabalhadores a nível nacional, centralmente a filiação ou não da CPB à CUT. Os debates em grupos fizeram com que os defensores da Conclat da Praia Grande recusassem com suas posições, pela rejeição dos professores frente à sua prática divisionista. Utilizando-se do sentimento da categoria pela unidade do movimento sindical, velhos pelegos e reformistas de vários matizes apresentaram-se em plenário como ardorosos defensores da unidade, vencendo a proposta de que a CPB não deveria filiar-se a nenhuma central mas enviar esforços pela reunificação do movimento sindical. Mesmo assim a proposta de filiação à CUT obteve a adesão de cerca de 40% do plenário.

Intervenções suspensas

Ao fechar esta edição, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decretou a suspensão das intervenções nos sindicatos dos petroleiros de Paulínia-SP e Mataripe-BA, e dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, determinando a publicação imediata de editais convocando eleições para 60 dias após a inscrição das chapas.

Com esta medida, dos sindicatos que sofreram intervenção por ocasião da Greve Geral de julho do ano passado, apenas o Sindicato dos Bancários permanece sob o controle do interventor federal, nomeado pelo Ministério do Trabalho, embora, segundo o próprio Ministério, deva ser suspensa também a intervenção dentro dos próximos dias.